



Índice

- 01** Roraima recebe mais 20 profissionais do programa 'Mais Médicos'
- 02** Jornalistas franceses visitam Aldeias Apinajé
- 03** Ativista do Tortura Nunca Mais: "Filho de acusado de tortura atua na CNV"
- 04** Com aulas paralisadas há 10 dias, Truká pedem melhoras no ensino indígena em Pernambuco
- 05** Juiz dá prazo de 48h para permanência de índios em cidade do AM
- 06** Rio Branco lança plano de desenvolvimento de comunidades tradicionais de matriz africana
- 07** O Desrespeito da Petrobrás para com os Povos Tradicionais na Amazônia
- 08** BA – Comunidades tradicionais cobram de governo do estado regularização fundiária durante 6º festival do Umbu
- 09** Ministra do STF garante direitos constitucionais indígenas
- 10** Recuperação da língua indígena em debate na UMinho
- 11** Dupla é presa acusada de homicídio em reserva indígena de Redentora
- 12** Famílias oferecerem dinheiro a quem encontrar avião desaparecido no Pará
- 13** Forças policiais retornam a antiga gleba Suiá Missú para uma nova desocupação
- 14** Programa de Moradia Indígena da CDHU é premiado no Fórum Nacional de



Habitação

- 15** Equipe do Incra elabora laudo do quilombo do Baú em Araçuaí
- 16** Universidades brasileiras são privilegiadas em oportunidades e desafios
- 17** Seduc realizará levantamento em escolas indígenas
- 18** SDR Ibirama recebe lideranças indígenas
- 19** Marabá entra na disputa para sediar I Jogos Mundiais Indígenas em 2015
- 20** Como se faz saúde mental indígena?
- 21** Comunidade indígena luta contra projeto hidrelétrico no norte panamenho
- 22** Polícia busca suspeitos de abuso sexual em aldeia indígena
- 23** Em conversa com Nilo, Wagner aposta em 'tradição de tribo indígena' para selar paz
- 24** Nota de Apoio do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração às prefeituras de Açucena e Rio Acima (MG)
- 25** CIR participa da reunião do Comitê Gestor da PNGATI em Brasília
- 26** Edital apoiará organizações não governamentais e de base comunitária no Cerrado e na Caatinga
- 27** Criança Kaingang de dois anos morre após ser atingida por roda de carro no RS
- 28** Incra promete regularização fundiária de quilombolas
- 29** Entidade capacita indígenas para produzir mandioca em MS
- 30** Projeto Mão Jovem capacita jovens rurais e população indígena no Acre
- 31** NOTÍCIA 31



Boletim de Notícias - Edição nº 56./ 2014

Brasília, 27 de março de 2014.

32 [NOTÍCIA 32](#)

33 [NOTÍCIA 33](#)

34 [NOTÍCIA 34](#)

35 [NOTÍCIA 35](#)

36 [NOTÍCIA 36](#)

37 [NOTÍCIA 37](#)



Roraima recebe mais 20 profissionais do programa 'Mais Médicos'

SÍTIO G1, 26.03.2014

*Eles receberam informações sobre a saúde no estado nesta quarta (26).
Médicos devem começar a trabalhar na próxima semana.*

Com a chegada de mais 20 profissionais do "Mais Médicos", Roraima passa a estar entre os estados brasileiros que receberam mais de 100% do número de médicos requisitados para o programa. Foram solicitados 88 médicos e o estado agora conta com 97, e aguarda a chegada de mais sete, o que totalizará 104 profissionais do programa dando cobertura ao estado.

Segundo o apoiador interfederativo do Ministério da Saúde em Roraima, Namis Levino, os médicos atuarão em Boa Vista, Caracarái, e Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) Leste. Os novos profissionais começaram a chegar ao estado há cinco dias, desta vez, em voos comerciais. O acolhimento dos médicos aconteceu nesta quarta-feira (26) durante todo o dia em um hotel da capital.

Eles receberam informações sobre o diagnóstico epidemiológico de Roraima, redes de atenção à saúde e telessaúde. "Entre as equipes do "Mais Médicos" do estado, esta é a primeira a ter conhecimento sobre o telessaúde, que é uma ferramenta nova muito importante para os profissionais que vão trabalhar no interior", ressalta.

Ainda nesta quarta, eles discutiram sobre a saúde indígena. "Nós explicamos sobre como funciona o sistema [de saúde indígena], o relacionamento com a rede do Sistema Único de Saúde (SUS), e a capacidade de operacionalização no enfrentamento de doenças", esclarece Levino.
saiba mais

Profissionais do 'Mais Médicos' são deslocados para interior de Roraima

Entre os profissionais, há médicos cubanos, mexicanos, venezuelanos, brasileiros e argentinos graduados em Cuba. Cinco cubanos irão atuar no Dsei Leste. Levino explica que o programa trabalha com dois tipos de profissionais, o médico cooperado e o intercambista individual.

"Os cooperados são os médicos cubanos, que vieram para o "Mais Médicos" através de um acordo técnico entre os dois países. Os intercambistas podem ser brasileiros com formação em outros países ou estrangeiros de qualquer nacionalidade, que tenham feito a prova e a capacitação do programa em uma das sete capitais do Brasil que estavam fazendo o processo", reitera.

Os novos profissionais devem começar a trabalhar na próxima semana. Com a chegada deles, 12 municípios de Roraima vão contar com o respaldo do programa. "Somente São Luiz, Bonfim e Alto Alegre não aderiram ao programa, mas poderão fazer isso quando houver uma nova chamada do Ministério da Saúde", conclui Levino.



Jornalistas franceses visitam Aldeias Apinajé

SÍTIO ASSOCIAÇÃO UNIÃO DAS ALDEIAS APINAJÉ-PEMPXÀ, 26.03.2014

Nos período 23 a 25 de março do corrente ano, recebemos a visita dos Jornalistas franceses Christophe Fernandez e da repórter fotográfica Charlotte Valade, da Revista Okapi, que vieram acompanhados por Frei Xavier Plassat e Rafael Oliveira agentes da CPT Araguaia/Tocantins, Gaspar Guimarães, do Verbo Filmes e Jucilene Gomes Correia missionária do CIMI GO/TO.

A Okapi é uma Revista francesa que publica artigos e reportagens sobre crianças e para as crianças. Essa Revista é preparada e dedicada especialmente ao público infanto-juvenil, formado por meninos e meninas, adolescentes e estudantes de várias nacionalidades e de diferentes culturas e línguas. A ideia é que possam se conhecer melhor e interagir mais entre si.

A vinda da equipe de jornalista da Revista Okapi a essa Terra Indígena, tem a finalidade de mostrar para o mundo, especialmente para as crianças francesas, o cotidiano e a realidade das crianças Apinajé, bem como "jogar uma luz" sobre essas outras faces invisíveis de um Brasil diferente, desse "Brasil da Copa do Mundo", que o mundo não vê e não conhece.

Percebemos que a grande imprensa brasileira, diante da realização de um evento barulhento e agitado como uma Copa do Mundo, fecha os olhos e ouvidos para as realidades das crianças indígenas do Brasil. Neste contexto a vida e o futuro desses "pequenos (as)" não são fatos relevantes e nem notícias interessantes para serem mostradas e divulgadas.

Lamentavelmente, as denúncias e fatos relacionados à exclusão sociocultural e violações dos direitos das minorias indígenas no Brasil, sempre são tratados como "notícias sem importância", que podem ser facilmente distorcidas ou mascaradas pela grande mídia e rapidamente ignoradas ou esquecidas pelas autoridades.

Todavia nos dias 23, 24 e 25 de março de 2014, tivemos a honra e o privilégio de receber em nossas comunidades a equipe de jornalistas enviados pela Revista Okapi, que durante três dias acompanharam, conviveram, observaram e documentaram o cotidiano e a realidade das crianças Apinajé das aldeias São José, Patizal, Aldeinha, Abacaxi e Areia Branca, localizadas no Norte do Estado do Tocantins, Brasil.

Terra Indígena Apinajé, 26/03/2014.

Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ



Ativista do Tortura Nunca Mais: "Filho de acusado de tortura atua na CNV"

SÍTIO CIMI, 26.03.2014

Marcelo Zelic, aponta conflito de interesses em trabalho de grupo sobre violações a grupos indígenas e afirma que reparação dos indígenas nunca virá.

Mutilações, chicotadas, içamento pelos polegares, prisões ilegais... A ditadura civil-militar (1964-1985) tinha um vasto arsenal para agredir seus adversários. Servia para o militante de esquerda. Servia para o ativista católico. E também, conforme mostra um documento que reapareceu depois de mais de 40 anos, servia para os indígenas. As mais de 7 mil páginas do Relatório Figueiredo, produzido entre novembro de 1967 e março de 1968, podem ajudar a Comissão Nacional da Verdade (CNV) a recontar como essas tribos e seus líderes foram torturados, roubados e mortos durante os anos de chumbo. À frente desse trabalho está Marcelo Zelic, vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais-SP e coordenador do projeto Armazém Memória.

"O tema das violações dos direitos dos indígenas é tabu no Brasil", afirma. O trabalho dele seria fundamental para a psicanalista Maria Rita Kehl, integrante da CNV, apurar os ataques aos nativos entre 1946 e 1988. O texto foi entregue no ano passado. No entanto, o ativista aponta, na entrevista abaixo, um detalhe preocupante: o grupo da CNV tem entre seus integrantes o filho de um acusado de maltratar indígenas.

"O pai é citado no Relatório Figueiredo e seu nome incluído na Lista de Indiciados no Relatório Figueiredo sistematizada no Relatório Parcial nº 1, que entregamos à CNV em novembro de 2012, trazendo 39 nomes de pessoas acusadas de maus tratos, torturas, encarceramento privado e desaparecimento contra índios, provoca imediatamente um impedimento à sua participação como assessor ou colaborador direto na Comissão Nacional da Verdade. No mínimo existe conflito emocional e de interesse", disse.

Procurada, Maria Rita Kehl disse negar o conflito porque o assessor não tem influência no relatório final (leia AQUI). Confira abaixo a íntegra da entrevista.

Carta na Escola: Como foi feito o relatório Figueiredo?

Marcelo Zelic: O Relatório Figueiredo é um dos mais importantes documentos que apuraram denúncias de violações de direitos indígenas no Brasil. Realizado entre novembro de 1967 e março de 1968 pelo procurador Jader de Figueiredo Correia, que presidiu a Comissão de Investigação do Ministério do Interior criada pelo General Albuquerque Lima, ele esteve desaparecido desde o AI5 e foi considerado, por mais de 40 anos, destruído pelo incêndio criminoso dos arquivos do antigo Serviço de Proteção do Índio (SPI) no Ministério da Agricultura em Brasília. Sua origem está nas denúncias sobre o roubo do patrimônio indígena apuradas na CPI da Câmara dos Deputados de 1963 e que abrangeu os estados do antigo Mato

CONT.



Grosso e Amazonas. Uma vez que a documentação central foi incendiada e o trabalho não mais poderia ser feito em Brasília, o promotor decidiu percorrer o País estendendo as investigações para vários outros Estados, o que levou à ampliação do foco das investigações. A partir do que ele apurou nas regionais e aldeias, foi possível ampliar a gama de delitos praticados, apresentando tanto os crimes contra a pessoa do índio, renda e propriedade, quanto desvios de verbas públicas.

CE: O que a Comissão da Verdade aprendeu com esse trabalho?

MZ: A falta de entendimento entre membros da Comissão Nacional da Verdade (CNV) sobre a importância de se apurar todas as graves violações de direitos humanos praticadas no período da ditadura tem levado a temática das violações dos direitos indígenas a ser tratada como se fosse de segunda categoria. Fizemos esta denúncia no último encontro da CNV com os comitês da sociedade civil no final de 2013. Apesar de o nosso primeiro relatório ter sido entregue à comissionada Maria Rita Kehl, responsável pelo tema em novembro de 2012 e a cópia integral do Relatório Figueiredo em abril de 2013, ainda não tivemos retorno algum sobre o que foi feito a partir de então com estas informações. Logo que a descoberta dessas 7 mil páginas veio a público surgiu uma inexplicável polêmica em torno da natureza do documento que colocava em dúvida a lisura dos trabalhos realizados pelo procurador Jader. Argumentou-se que o relatório, produzido a pedido de um general, perseguia “bons funcionários” da instituição. A crítica formulada, entre outros, por Inimá Simões, principal assessor sobre a temática indígena ligado à CNV, foi feita antes de a documentação ser estudada e revelou o fato por trás destas críticas: a presença do nome de seu pai no Relatório Figueiredo. Ele é citado por 22 crimes. Os de “infringir maus tratos aos índios” e escravizar um índio chamado Manuelzinho por dois anos são dois deles.

Sobre Inimá Simões não pesa nada. O problema que se coloca é que seu pai sendo citado no Relatório Figueiredo e seu nome incluído na Lista de Indiciados no Relatório Figueiredo sistematizada no Relatório Parcial nº 1, que entregamos à CNV em novembro de 2012, trazendo 39 nomes de pessoas acusadas de maus tratos, torturas, encarceramento privado e desaparecimento contra índios, provoca imediatamente um impedimento à sua participação como assessor ou colaborador direto na Comissão Nacional da Verdade. No mínimo existe conflito emocional e de interesse, sendo que neste caso deve valer a mesma conduta cuidadosa que foi aplicada para ex-presos políticos e parentes de mortos e desaparecidos, onde foi vetada a participação em trabalhos organicamente vinculados aos membros e grupos temáticos da CNV, não havendo, evidentemente, impedimento de colaboração em comitês e comissões organizadas no âmbito da sociedade civil, estados e municípios.

Itamar Simões foi demitido do SPI junto com tantos outros funcionários da instituição e seu processo na justiça, como os demais desdobramentos da Comissão de Inquérito criada pelo Ministério do Interior após o AI5, foi arquivado ou esquecido. Outro ponto obscuro a ser apurado são as denúncias da existência de uma cadeia clandestina no Posto Indígena que Itamar Simões chefiava. Sem julgar se as denúncias são corretas ou não, entendemos que a presença de parente de pessoas implicadas em investigações em andamento na CNV não colabora para o bom andamento dos trabalhos de busca da verdade.

CONT.



CE: Sendo o relatório de conhecimento da CNV, nunca houve sequer uma resposta à sua denúncia?

Em 19 de abril de 2013, Dia do Índio, tornamos público através de série de matérias do jornalista Felipe Canêdo, a localização das 7 mil páginas do documento. Uma semana depois cópia integral do relatório Figueiredo foi encaminhada à CNV aos cuidados de Maria Rita Kehl. Em 23 de abril, antes mesmo de receber a documentação e portanto sem ter o conhecimento de seu conteúdo, Maria Rita em entrevista à EBC (aqui) já apontava à sociedade orientação passada por Inimá Simões colocando dúvidas sobre o conteúdo do Relatório Figueiredo e que claramente proporciona uma janela para desqualificar as acusações contra o seu pai. A entrevista veio na esteira de um debate velado que ocorreu através das reportagens de Felipe Canêdo, que em 19 de abril publicou declaração que dei no sentido de expor o que ocorria nos bastidores. Eu disse "Já tem gente tentando desqualificar o relatório, acho que por um forte medo de ele aparecer, as pessoas estão criticando o documento sem ter lido". Maria Rita respondeu em matéria de 20 de abril.

Depois avisamos reservadamente a presidência da CNV sobre a situação e comunicamos a Maria Rita Kehl. Na ocasião apontamos também que as pesquisas trouxeram informações que no posto indígena em que trabalhava Itamar Simões funcionou uma cadeia clandestina de indígenas documentada em uma tese sobre o período militar, com documentação dos arquivos do Museu do Índio. Aconselhamos o afastamento do assessor pela sua proximidade e parentesco com os assuntos a serem investigados, tendo conotação inclusive de conflito de interesses.

A decisão de Maria Rita foi a de que ele não seria afastado e atuaria em outras investigações que não o Relatório Figueiredo e que a questão indígena seria estudada com mais ênfase somente em 2014. A partir daí tivemos pouquíssimos contatos com a comissionada, apesar do intenso trabalho em desenvolvimento, tanto na pesquisa colaborativa sobre indígenas e outros temas, como também realizando oficinas na CNV e para grupos de estudo a ela ligados.

Em fevereiro fui contatado por uma documentarista, cujo documentário trata do Relatório Figueiredo, relatando seu estranhamento com a forma como foi atendida pelo assessor Inimá Simões ao tratar do tema, obtendo dele informações que desqualificavam o trabalho realizado pelo procurador. Foi isso a gota d'água, que nos move a tornar pública esta situação que põe em risco as investigações de graves violações de direitos humanos praticadas contra os indígenas em andamento na CNV e tão importantes para o quadro crítico que temos hoje de violência e desrespeito aos seus direitos constitucionais.

CE: Na sua opinião, o fato de ter sido encomendado por um general não interfere na lisura do relatório Figueiredo?

O Relatório Figueiredo não foi encomendado por um general e sim pelo Ministro de Estado à época. Foi resultado de uma CPI que teve início em 1963 no Congresso, portanto antes do golpe militar, e já aí Itamar Simões foi citado. No governo Dutra a questão da corrupção no Estado brasileiro foi foco de atuação do governo militar, junto com a caça aos opositores e

CONT.



comunistas. O ex-governador Lupion do Paraná, por exemplo, foi cassado por corrupção. O general Albuquerque Lima, expoente da linha dura, definido como nacionalista, ao receber o Relatório Final da CPI de 1963, encaminhado pela Casa Civil pedindo providências, institui a Comissão de Investigação, que é tocada por procurador da república e equipe. O diretor do Museu do Índio, José Carlos Levinho, citado por Maria Rita na entrevista, diferente das argumentações de Inimá Simões, ao abordar estas questões, sem fazer ilações, se referia ao indigenista Francisco Meirelles e jamais estendeu suas dúvidas a todos os citados no relatório. Pode haver abusos e perseguições? Pelo que temos estudado se houve é pontual, sendo algo a ser apurado com o devido cuidado apontado por Maria Rita, mas jamais isso é motivo para colocar de lado as apurações sobre os nomes listados no Relatório Parcial 1 ou ainda servir para a desqualificação deste importante documento.

A motivação do Albuquerque Lima era a corrupção, como Jader precisou correr os estados e aldeias a partir do incêndio criminoso, outros crimes passaram a fazer parte da investigação, o roubo das terras indígenas e as violências contra a pessoa do índio são os mais significativos legados que Jader deixou registrados em sua investigação, como documento oficial do Estado brasileiro.

Com a publicação dos trabalhos desta comissão, Jader de Figueiredo Correia passa a sofrer ameaças de morte, é afastado de Brasília para seu estado e acaba tendo uma morte em acidente nunca investigada, morreu no mesmo ano de JK. Albuquerque Lima perdeu espaço no governo militar, sendo logo em seguida à divulgação e sua repercussão na imprensa nacional e estrangeira, substituído na condução do Ministério do Interior. Não só desaparece a documentação por 45 anos, como cessam todos seus desdobramentos, tendo o governo Médici iniciado uma operação abafa, que é um capítulo dos estudos que estamos realizando. É trabalho da CNV apurar estes fatos e não deixá-los de lado por falta de tempo. Aqui já se abre a discussão da necessidade de continuidade da CNV com trabalhos temáticos a partir de 2015, numa comissão especial para apurar as violações contra os povos indígenas no Brasil.

CE: Por que não se fala sobre as agressões a indígenas tanto quanto agressões aos demais atingidos?

MZ: O tema das violações aos direitos dos indígenas no Brasil é um tabu. A porção não-índia da sociedade brasileira não só não reconhece os seus direitos, como continua cotidianamente a violá-los. Segredos como os contidos no Relatório Figueiredo são guardados a sete chaves nos arquivos do Estado brasileiro, pois trazem à luz situações de inúmeras violências como as vividas pelos povos do Mato Grosso do Sul e da Bahia, conforme denunciado pelo procurador Jader. Hoje estes povos continuam invisíveis, sendo negados seus direitos pelo Executivo, Legislativo e o Judiciário. O estudo já concluído pela Funai, por exemplo, conclui que as terras dos Pataxó foram roubadas pela eliminação física dos índios ali residentes nos anos 60, o que configura crime de genocídio, mas há 2 anos aguarda-se a assinatura do ministro José Eduardo Cardoso. Este, em vez de reparar o mal feito no passado recente, tenta resolver o problema do conflito que se desdobra pela retomada de suas terras no sul da Bahia com o uso de forças de segurança do estado. Em nossa sociedade não falamos destas violências para não repará-las.

CONT.



CE: Havia indígenas que se voltaram contra seu próprio povo e ajudaram o regime? Por que fizeram isso?

MZ: Uma das questões mais controversas a serem estudadas pela CNV é da Guarda Rural Indígena, denunciada pela jornalista Laura Capriglione em matéria publicada no jornal Folha de S. Paulo em 11/11/2012, a partir de vídeo que nos foi entregue por servidores do Museu do Índio. Durante três meses, entre final de 1969 e início de 1970, 90 indígenas de várias etnias foram levados ao mesmo batalhão da Polícia Militar de Belo Horizonte, onde Dan Mitrione esteve no Brasil, e a eles foi ensinada a tortura, entre outras coisas. De quem é a responsabilidade de suas ações? Dos índios que foram fardados passando a agir como polícia ou de seus comandantes? Pouco tempo depois foi extinta a guarda e a cadeia do Krenak (que substituiu a cadeia clandestina de São Paulo) e estes índios-polícias não mais tiveram a mesma relação saudável em comunidade e com seus parentes. Devem eles ser punidos ou reparados por tamanha violência com suas pessoas e culturas?

CE: Qual era o papel dos latifundiários nos ataques aos indígenas?

MZ: A relação entre autoridades do Estado brasileiro, funcionários do SPI e latifundiários de terras indígenas possui vários exemplos na apuração realizada por Jader de Figueiredo. Já na CPI de 1963, ficou provada a relação do senador Filinto Muller, torturador da ditadura Vargas, com as ações de esbulho de terras dos índios Kadiuwés no Mato Grosso do Sul. O relatório apresenta inúmeros casos desta relação, derrubando o argumento de que casos em que pistoleiros pagos por latifundiários não deveriam ser objeto de apuração da CNV. Diferentemente do problema da expulsão de camponeses de suas terras, cuja relação muitas vezes não se faz clara, a questão indígena é e sempre foi de inteira responsabilidade do Estado brasileiro.

CE: Aqueles que patrocinaram ou ajudaram na violência contra os indígenas deveriam pagar uma compensação financeira ou perderem o que tiver sido fruto dessa violência?

MZ: A reparação aos povos indígenas brasileiros, diferente da realizada pela Comissão de Anistia, é de natureza coletiva e está centrada na restituição de seus territórios, em sua recomposição enquanto ecossistema e no desenvolvimento de mecanismos de não-repetição educacionais e de segurança pública para que não aconteçam mais invasões em suas terras demarcadas.

CE: Os ataques sofridos naquela época sobrevivem nos relatos dos indígenas até hoje?

MZ: Recentemente estive como observador de direitos humanos em Dourados (MS), onde ocorreu a primeira audiência da CNV com os índios Guarani e Kaiowá. Foram apresentados cinco relatos sobre as violências vividas por essa população. Seria importante que a CNV os publicasse na íntegra em seu site, infelizmente na página destinada aos depoimentos prestados em audiências, Dourados sequer foi registrada, tampouco os relatórios entregues sobre os Waimiri-Atroari, Xavante, Guarani do norte do Paraná e o que produzimos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 56./ 2014

Brasília, 27 de março de 2014.

CE: O que exatamente era feito com eles? Há indígenas com sequelas visíveis até hoje?

MZ: No Relatório Figueiredo são descritas torturas usadas no tempo da escravidão, sendo realizadas contra os índios no sul do País ainda na década de 60, tais como o tronco que mutilava as pernas, espancamentos com chicotes, prisão em cubículos fétidos e minúsculos, além de uma ferramenta que içava o corpo da pessoa pelos polegares. Deveriam ser apuradas pela CNV, porém a comissão não possui estrutura voltada a desenvolver tais trabalhos de apuração na questão indígena e há relatos muito cruéis a serem apurados.

CE: O que foi feito em favor desses agredidos antes do relatório e da comissão da verdade?

MZ: Nada.

CE: Daqui em diante, o que acha que vai acontecer, já que o tema vai ganhar visibilidade?

MZ: Não acredito que o tema vai ganhar visibilidade, pelo contrário. Temos no Brasil centenas e centenas de povos indígenas atingidos pela violência do Estado e seu modelo de desenvolvimento, tanto no período da CNV quanto depois dele. O que teremos é o relato do que se conseguir fazer, o que aponta que a reparação aos povos indígenas brasileiros, longe de ser somente um problema de conveniência ou falta de vontade política, desvela uma crise ética na relação de nossa sociedade, os poderes constituídos e estes brasileiros.



Com aulas paralisadas há 10 dias, Truká pedem melhoras no ensino indígena em Pernambuco

SÍTIO CIMI, 26.03.2014

Um grupo com cerca de 130 indígenas Truká esteve reunido durante a tarde de hoje (26) com o secretário de Educação de Pernambuco, José Ricardo Wanderley Dantas de Oliveira, para reivindicar melhorias na educação indígena. As aulas em 14 estabelecimentos de ensino estão paralisadas há 10 dias porque o governo não liberou o pagamento dos motoristas de transporte escolar indígena, que desde então interromperam suas atividades.

São mais de 800 crianças fora da sala de aula. A professora e membro do Conselho de Educação Escolar Indígena, Edilene Bezerra, do povo Truká, diz que desde 2012 a situação é rotina nas comunidades indígenas do Estado. "Tanto o Conselho quanto a Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco vêm tentando dialogar com o governo, mas as coisas só funcionam quando fazemos pressão. Tem que ter pressão pra tudo: desde o pagamento dos motoristas até a contratação de professores, merendeiras, porteiros", explica.

Reunido por mais de cinco horas com os indígenas, o secretário se comprometeu a depositar o pagamento aos motoristas e disse que amanhã (27) o dinheiro estará na Gerência Regional de Educação. José Ricardo também garantiu ao grupo que não haverá mais atrasos no pagamento.

A reunião na Secretaria foi uma tentativa de abrir o diálogo da comunidade com o poder público, que segundo Edilene permanece omissa. "Comunicamos sobre a paralisação à Gerência Regional de Petrolina, filial da Secretaria de Educação, desde o primeiro dia, pedindo caráter de urgência e mesmo assim ninguém se manifestou. É um descaso total com a educação indígena. E sabemos que infelizmente a situação não é exclusiva de nosso estado", completa a professora.

De acordo com Edilene, além da carência de professores, ainda há escolas indígenas da região que estão há quase três anos sem auxiliar de serviços gerais e merendeiras que trabalham por três turnos, sem condições mínimas. Sobre essas demandas, o secretário prometeu articular uma reunião com o Conselho de Educação Escolar Indígena em abril, com a participação de todos os povos indígenas de Pernambuco.



Juiz dá prazo de 48h para permanência de índios em cidade do AM
SÍTIO CIMI, 26.03.2014

Uma portaria assinada pelo juiz estadual, Leoney Figliuolo Harraquian, titular da Segunda Vara da Fazenda Pública Estadual determina a proibição de venda de bebidas alcoólicas a indígenas e limita a permanência dos mesmos em até 48 horas no município de Eirunepé, localizada a 1,5 mil km de Manaus, no sudoeste do estado de Amazonas.

A norma também pretende penalizar a Fundação Nacional do Índio (Funai) em R\$ 100 mil reais, caso a portaria seja descumprida. Conforme a decisão, a exceção fica se houver a necessidade de permanência do indígena por mais tempo na cidade, como em situações de doenças.

A justificativa do magistrado está na proteção aos indígenas: "Considerando a ausência da Justiça Federal no município de Eirunepé e receoso de que aconteça um mal maior aos índios".

A "lei seca" e a proibição de permanência de indígenas em Eirunepé afetam, sobretudo, os Kanamari, que vivem às margens rio Juruá, mas se você pertencer a qualquer um dos 305 povos indígenas do Brasil pode estar sujeito a tais sanções.

Na decisão, o juiz não estipula um período específico de vigência da portaria. Apenas faz referência aos dias de recebimento de benefícios, tais como Bolsa Família e demais assistências governamentais. No entanto, a ida dos Kanamari a Eirunepé é constante, inclusive para o comércio de produtos.

Aproximadamente 5 mil indígenas das etnias Kulina e Kanamari vivem em aldeias localizadas na região de Eirunepé. As terras indígenas estão localizadas a longas distâncias da cidade. De canoa ou embarcação de pequeno porte, as viagens levam no mínimo três dias.

Concepção jurídica

A assessoria jurídica do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Norte publicou um parecer questionando a portaria, uma vez que a mesma "não possui competência para prescrever condutas proibitivas ou obrigatórias, já que não há esta autorização no sistema jurídico brasileiro", portanto não tem força de lei, ressalta o documento.

Ainda, preceitua a Constituição Federal de 1988, que "é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens".

Desse modo, a referida Portaria viola dispositivo constitucional ao impedir que as populações indígenas que vivem próximas a Eirunepé de frequentar e permanecer neste município.

CONT.



Ademais, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), determina aos povos indígenas os direitos de autonomia e controle de suas próprias instituições, formas de vida e desenvolvimento econômico.

O parecer ainda interpreta que proibir a venda de um produto lícito às populações indígenas poderia, inclusive, ser considerado um ato de racismo. Visto que, há um impedimento a determinado grupo, em virtude de sua raça/etnia em relação à prática de determinada atividade lícita.

Alcoolismo

O problema de alcoolismo configura como um grave problema social e de saúde, principalmente pelos danos acarretados, como suicídio e violência. Soma-se a isso, a escassez de profissionais de saúde especializados e a descontinuidade ou falta de ações prevenção que se coadunem às especificidades de cada etnia indígena ou, no mínimo, sejam voltadas para a população indígena em geral.

Entretanto, a decisão do juiz mais do que repressora, uma vez que impede o direito de ir e vir dos indígenas é também um tanto preconceituosa, uma vez que um dos grandes desafios para solucionar o alcoolismo se deve a falta de infraestrutura na saúde indígena.

Segundo o site Amazônia Real, o coordenador técnico e único funcionário da Funai em Eirunepé, Arquimimo Amaral da Silva, admite a existência de alcoolismo em grupos de índios (uma minoria, segundo ele) que vão à cidade, mas diz que, apesar de "bem intencionado", o juiz Leoney Figliuolo Harraquian tomou uma medida "extrema, precipitada e que rotulou todos os indígenas de alcoólatras". Na matéria, o coordenador ainda ressalta que os indígenas não vão a cidade apenas para receber benefícios sociais, mas também para tirar documentos pessoais.

O parecer do Cimi interpreta que proibir a venda de um produto lícito às populações indígenas poderia, inclusive, ser considerado um ato de racismo. Visto que, há um impedimento a determinado grupo, em virtude de sua raça/etnia em relação à prática de determinada atividade lícita.



Rio Branco lança plano de desenvolvimento de comunidades tradicionais de matriz africana

SÍTIO SEPPIR, 26.03.2014

Silvany Euclênio - secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais da SEPPIR participou de lançamento no dia 14, em Rio Branco

A prefeitura de Rio Branco, através da Secretaria Adjunta de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seadpir), lançou o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana no dia 14 de março. O evento contou com a participação da secretária Nacional de Políticas para Comunidades Tradicionais, Silvany Euclênio da Silva, representando a ministra Luiza Barros, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), da Presidência da República.

A secretária Silvany Euclênio destacou que embora existam várias culturas em nosso país, a manifestação cultural de matriz africana em toda a parte mostra a unidade e a identidade que dos povos africanos. "Nossa matriz africana é o fio condutor da Nação brasileira", disse.

Além do Plano Nacional, o ato incluiu o lançamento do projeto de mapeamento das comunidades tradicionais de matriz africana de Rio Branco. Representantes das vinte e oito comunidades de Rio Branco participaram da solenidade no auditório da prefeitura. Na oportunidade, a secretária Lúcia Ribeiro, da Seadpir, explicou que o mapeamento tem como meta catalogar informações seguras em relação às comunidades, inclusive no que se refere ao número total desses grupos de pessoas.

"O mapeamento é importante para a implementação de políticas públicas voltadas à garantia dos patrimônios cultural e religioso das comunidades de matriz africana. Além disso, vai permitir também o conhecimento e a identificação da realidade dos terreiros, quem são, onde estão localizados e quais as principais ações humanitárias", afirmou Lúcia Ribeiro.

Do lançamento do Plano de Desenvolvimento das Comunidades Tradicionais e do mapeamento participou o padre Máximo Lombardi, representando o Centro Ecumênico Fé e Política, que reúne lideranças das mais variadas religiões. "Esse tipo de encontro é importante para a promoção da igualdade", disse ele.

Outro aspecto importante do mapeamento será a regularização das comunidades de matriz africana, já que muitas delas não possuem uma identidade jurídica, prejudicando o uso igualitário, previsto na Constituição Federal, dos benefícios destinados às instituições religiosas.

Com informações da Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Rio Branco



O Desrespeito da Petrobrás para com os Povos Tradicionais na Amazônia

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.03.2014

Por Pe. Éder Carvalho Assunção, Queops Melo e Cláudia Maria Tomé Wapichanab*, Prelazia de Labrea

Os Povos Indígenas vivem há mais de 12 mil anos na Amazônia e são os principais responsáveis pela preservação do maior bioma do Planeta.

Bastaram algumas décadas do século passado para o “Civilizado Governo Brasileiro” fomentar a destruição da Floresta com os seus povos através de políticas públicas depredatórias.

O Tráfico Humano sempre foi utilizado pelo Governo como meio para aumentar o PIB e garantir assentos e prestígios em organizações econômicas mundiais a partir da premissa: quanto mais PIB, mais recursos para a Corrupção e manutenção da classe política. Fala-se em distribuição de renda, porém fecha-se o ano com 17 bilhões para “o programa bolsa família” e 180 bilhões para “o programa bolsa banqueiros”.

O Tráfico humano se enraizou nos ciclos da borracha (final do século XIX e durante a Segunda Guerra), no vergonhoso e desastroso plano da Ditadura Militar (homens sem terra para terra sem homens) e, nas presentes obras do PAC liderada por um pseudo governo populista que abandonou sua base ideológica e o carisma dos movimentos sociais que aí o colocaram.

Neste panorama apresenta-se a Petrobrás. Na mídia recente oscila entre a Princesinha do ouro preto; que alavanca a economia nacional; e a Filha rebelde das inúmeras denúncias de fraudes bilionárias em suas licitações.

Na Amazônia, a Bacia do Solimões se tornou o ponto chave da Petrobrás, que agora, não bastasse todo flagelo social do município de Coari, que conta com uma das maiores arrecadações do Estado do Amazonas, porém, os impactos sociais e ambientais da exploração são sentidos pelos empobrecidos deste município.

A Prelazia de Lábrea, através do seu bispo, D. Jesus Moraza, enviou missionários (Coordenação de Pastoral, Conselho Indigenista Missionário e Comissão Pastoral da Terra) para exercerem o controle social na base de apoio da prospecção de petróleo que está sendo realizada pela Petrobrás no município de Tapauá, sem diálogo e consulta das populações tradicionais que moram em torno da obra, contrariando a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

Antes de chegar na base, depois de dias de viagem pelos rios Purus e Tapauá, contemplamos o Povo Indígena Palmari nas várias aldeias e as comunidade ribeirinhas, em total harmonia com a natureza, num sistema de pesca manejada, de roçados de subsistência, plantio e colheita da

CONT.



castanha, extração da andiroba e da copaíba, enfim, em livre progresso sustentável no estilo bem viver.

“Confesso que deparar-se com as balsas da Petrobrás: heliportos, guinchos, combustíveis, uniformes, seguranças etc... desentoa profundamente com a proposta global de preservação. Os povos da Floresta não desejam aumento deste tipo de economia, desejam apenas continuar no seu modo de vida e a melhor política pública é a criação de mais unidades de conservação”.

Povos Indígenas que foram profundamente feridos e sobreviveram à Colonização, ao ciclo da borracha, agora se deparam com este que constitui hoje o verdadeiro Mapinguaribe: a exploração de Petróleo com lucros para uns poucos e mazelas sociais para milhões. Prometem-se reparos sociais: escolas e hospitais, mas na verdade o que acontece é o flagelo dos filhos da terra.

Nesta região, existem povos livres, indígenas que sabem onde nós estamos e fizeram a opção do não contato conosco, por causa da triste memória das matanças do passado, e hoje, devem ser respeitados na sua liberdade.

Em comunhão com as populações tradicionais: ribeirinhos e indígenas, reiteramos nosso grito pela vida, nossa espiritualidade de resistência, nossa opção pelo “Bem Viver”.

Relatório da Expedição – Petrobrás Rio Tapauá

Objetivo da viagem: Manifestar a total desaprovação das Pastorais Sociais da Prelazia de Lábrea, CPT e CIMI, com os trabalhos de prospecção que a Petrobrás está realizando nas margens do rio Tapauá, sobretudo, expressando a preocupação com as comunidades indígenas e ribeirinhas, diante dos riscos dos impactos sociais e ambientais que sempre acompanham os Grandes Projetos de Exploração de Petróleo.

Saímos de Lábrea no dia 12 de março de 2014 as 18 horas e 15 minutos, na embarcação Regnum Tuum, descendo o rio Purus e depois subindo o rio Tapauá. Desde a saída até a chegada nas balsas, navegamos cerca de 44 horas seguidas, sem contar o tempo de parada nas comunidades, entre elas a comunidade Deus é Fiel, localizada nas margens do rio Branco, afluente do rio Tapauá e distante das balsas em linha reta aproximadamente 15 quilômetros:

Lá moram seis famílias. Conversamos com algumas delas, entre elas a família da Sra. Neuza Fernandes Vieira (64 anos) esposa do Sr. José Vieira de Souza (70 anos) e líder da comunidade, que no momento da visita estava no plantio de castanha que fez há 10 anos e agora começou a coletar os primeiros frutos. Também conversamos com seu filho Manuel (52 anos). Todas as pessoas se mostraram atenciosas e receptivas. Depois de algum tempo de conversa perguntamos se eles sabiam o motivo de tantas balsas estarem navegando pelo rio e se alguém da Petrobrás havia conversado com eles da comunidade, informando sobre as atividades que estão sendo desenvolvidas nas proximidades. Eles foram categóricos em dizer que ninguém sabia de nada. No entanto, as famílias tomaram a iniciativa de ir, por curiosidade, com um barco da comunidade até às balsas e perguntaram que tipo de atividade

CONT.



estava sendo realizada. Poucas informações foram dadas. No entanto, ficaram admirados com a estrutura que estava montada as margens do rio Tapauá, numa área até então raramente visitada, onde agora várias embarcações formam uma cidadezinha e eles puderam pela primeira vez ver helicópteros tão de perto.

Depois de ouvir e partilhar deixamos a comunidade e seguimos viagem subindo o rio, poucas horas depois, por pouco não tivemos um acidente grave com uma das balsas que estavam descendo o rio, pois as grandes embarcações tornam a navegação perigosa nas muitas curvas do Tapauá. Por volta das 18 horas do dia 15 de março chegamos ao local onde esta montada a base de apoio para a realização de prospecção. Logo na chegada fomos abordados por uma lancha que esta a serviço da Petrobrás, com operários e um segurança que perguntou se nós iríamos continuar subindo o rio, quando ouviram que "ali" era o destino final pediram que pernoitássemos ao lado das balsas. Então, pedimos para conversar com a pessoa responsável pela base e nos levaram até o escritório do Sr. Fernando Pinheiro (gerente dos trabalhos de base da Petrobrás no rio Tapauá), realizamos vários questionamentos e discernimos o seguinte:

As nove balsas nesse momento são somente ponto de apoio para que os helicópteros possam levar os materiais que necessitam para a realização dos trabalhos de construção da sonda (esta fica na Floresta há uma distância de 08 minutos de helicóptero, com outra base de acampamento para os operários que se revezam de 14 em 14 dias, sendo o transporte feito de helicóptero). Confirma-se a existência do poço de petróleo e, no momento estão realizando a perfuração e introdução de sondas para verificar a viabilidade de se montar uma plataforma e toda uma estrutura de escoamento do produto. Fizemos vários outros questionamentos, mas não obtivemos respostas. Então, informamos o nosso posicionamento contrário a esse tipo de projeto na Amazônia, principalmente na Prelazia de Lábrea que abrange os municípios de Pauini, Lábrea, Canutama e Tapauá. Onde existem várias comunidades ribeirinhas e indígenas que estão muito assustadas com futuro e as mudanças negativas que provavelmente irão ocorrer em consequência desse projeto. Pe. Éder deu o exemplo de grandes projetos implantados na região: desde a colonização passando pelos ciclos da borracha até os grandes projetos do Estado Brasileiro na Amazônia e suas consequências para as populações tradicionais. Depois do café da manhã, despedimo-nos dos funcionários e fizemos a nossa manifestação com faixas no barco, fotos e filmagens, uma embarcação da Petrobrás acompanhava tudo de perto, também registrando.

Na descida conversamos com moradores das Comunidades Ribeirinhas Sarian e Novo Destino tivemos a oportunidade de visitar a Aldeia Terra Nova dentro da Terra Indígena Palmari e participar da reunião de organização do plano de manejo do pirarucu. Aproveitamos para partilhar o que tínhamos de informação, pois os indígenas estavam assustados com o movimento dentro do rio, inclusive, eles relataram que sem nenhuma permissão colocaram placas de madeira pintadas de amarelo, deixando a comunidade confusa sem saber o que estava acontecendo. Podemos perceber que havia um ambiente de revolta, por estarem entrando na casa deles sem pedirem permissão. Rumo à Lábrea, conversamos com moradores das duas maiores Comunidades da Região: Foz de Tapauá e Belo Monte.

Também achamos uma falta de respeito da PETROBRÁS em entrar na casa das populações

CONT.



tradicionais sem se quer pedir licença. E quando falamos casa, estamos dizendo que para as populações tradicionais a casa deles não é apenas a pequena construção rústica de madeira, mas sim, toda uma área de florestas e rios, que não necessitam de cercas. Enquanto, os que moram nas cidades tem o supermercado e geladeira para armazenar os alimentos estes povos tem a floresta e rios de onde retiram a caça e a pesca para alimentação de suas famílias.

Por isso temos um dos biomas mais preservados do mundo, pois as comunidades tradicionais utilizam os recursos de maneira sustentável e só tiram aquilo que necessitam. Isso é bem visível e notável em toda a nossa viagem.

Por isso, temos a CERTEZA que mais uma vez o GOVERNO, em nome de um progresso totalmente insustentável, coloca a vida das populações tradicionais em risco. No entanto, a saúde de todo o planeta esta em jogo, cada vez que abrimos ou permitimos a abertura de novas chagas/feridas na Mãe Terra.

Nesse momento clamamos a comunidade global através de pessoas e movimentos que lutam por um planeta mais humano, onde todos e todas possam viver em harmonia uns com os outros e com a natureza.

Tripulação:

Cláudia Maria Tomé Wapichanab Missionária do – CIMI de Lábrea

Queops Melo – Coord. CPT da Prelazia de Lábrea

Adevildo Cordeiro (Deca) – Comandante

Antônio Baixinho morador da Foz do Rio Tapauá e Guia

Pe. Éder Carvalho Assunção – Coordenador de Pastoral da Prelazia de Lábrea

*Pe. Éder Carvalho Assunção – Coordenação de Pastoral da Prelazia de Lábrea (padre.eder@hotmail.com); Queops Melo – Comissão Pastoral da Terra e Cláudia Maria Tomé Wapichanab – Conselho Indigenista Missionário



BA – Comunidades tradicionais cobram de governo do estado regularização fundiária durante 6º festival do Umbu

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.0.2013

“Vim aqui falar do que ninguém falou, que sem terra ninguém beneficia umbu”, rebateu o representante da Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto, Cosme Araújo, durante a solenidade de abertura do 6º Festival do Umbu, em Uauá no último dia 21. Esta fala marcou um dos momentos do protesto das comunidades tradicionais durante o Festival com o objetivo de reivindicar diretamente ao representante do governo do estado agilidade nos processos de regularização fundiária do territórios.

Valdivino Rodrigues, da Articulação de Fundo e Fecho de Pasto, explicou que a Articulação aproveitou a oportunidade de ter representante do governo na região, para cobrar a demanda das comunidades, já que o governo não tem garantido agenda com a Articulação para debater e resolver a questão fundiária das comunidades tradicionais.

Cosme acrescentou que a reivindicação vai no sentido de cobrar que o governo cumpra seu papel, como o de garantir condições de realizar a busca ativa das comunidades e a certificação das mesmas no prazo estipulado pela lei 12.910/2013, até 2018. “Nós sabemos que só temos quatro anos para fazer essa busca ativa, porém o governo não tem dado nenhuma importância e nem tem ido fazer o trabalho que seria dele. E nós estamos ajudando o governo nessa busca ativa e ele não tem se comprometido”, afirmou Cosme.

Resposta do Governo

No evento quem estava representando o Governo era Jairo Carneiro, da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura – Seagri, que passou para Rui Costa, da Casa Civil, o papel de falar em nome do Governo da Bahia. Rui afirmou aos manifestantes que até sexta-feira (28 de março), será realizada uma reunião da Governadoria com representantes da Articulação de Fundo e Fecho de Pasto para tratar da regularização fundiária e publicação do decreto de regulamentação da lei até esta mesma data.

Representações de várias regiões da Bahia estavam presentes no ato: Senhor do Bonfim, Andorinha, Monte Santo, Uauá, Sobradinho, Casa Nova, Santa Maria da Vitória, Correntina, Vitória da Conquista, Oliveira dos Brejinhos, Remanso. Com faixas, as comunidades mostraram com força que estão empenhadas na defesa do seu jeito de viver no Semiárido nos seus territórios.

Exigência de condições de permanência na terra

Durante o evento também foi distribuída uma carta do movimento explicando a real situação das comunidades, repudiando a lei por ela não contemplar os anseios e as necessidades reais das famílias tradicionais. A mesma lei desrespeita a Convenção 169 da Organização

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 56./ 2014

Brasília, 27 de março de 2014.

Internacional do Trabalho (OIT). "Os nossos territórios, tradicionalmente ocupados, tem garantia jurídica. No entanto, a lei não vem sendo colocada em prática. Por isso, exigimos o título definitivo dos nossos territórios", diz trecho da carta.

Valdivino denuncia que as comunidades vivem incertezas diante da situação agrária e que isto precisa ser resolvido. "Os povos tradicionais precisam ser preservados. Sem a garantia de modos de vida tradicionais, do território, isso se acaba, daqui alguns anos não teremos mais Festival do Umbu", registra. Hoje o Festival é um modelo de bem viver que preserva o meio ambiente e a vida no campo, sendo fruto da existência e do jeito de viver das comunidades tradicionais, explica Valdivino. "Que não é o mesmo tipo desenvolvimento que o Estado apóia", afirma.

A Lei 12.910/2013

Foi publicada no Diário Oficial da Bahia, em outubro de 2013, a Lei Nº 12.910 que estabelece dezembro de 2018 como prazo limite para "regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas tradicionalmente por Comunidades Remanescentes de Quilombos e por Fundos de Pastos ou Fechos de Pasto".

A Lei foi uma reivindicação dos movimentos sociais organizados, porém, da forma como foi aprovada não contemplou os anseios populares, especialmente das comunidades rurais, objeto central da Lei.

6º Festival do Umbu

É um evento coletivo que promove intercâmbios de experiências, articulação entre agricultores/as familiares e organizações, espaço de visibilidade de boas práticas na região, formação, divulgação e fortalecimento da economia solidária e da Agricultura Familiar. Em sua 6ª edição, o Festival vem sendo realizado anualmente pela Coopercuc, organizações e entidades das região, como o Irpaa. Neste ano internacional da Agricultura familiar, o Festival teve como lema "As mãos que alimentam a nação". O evento aconteceu nos dias 21 e 22 de março, em Uauá, na Bahia.

Leia abaixo a carta distribuída pela Articulação de Fundo e Fecho de Pasto:

QUEREMOS VIVER DIGNAMENTE EM NOSSO TERRITÓRIO!

Na Bahia, milhares de famílias vivem em comunidades Tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto, Geraizeiros, cuja principal característica é o uso comum da terra para o criatório e para a agricultura e extrativismo. Trata-se não apenas de um sistema produtivo, mas de todo um modo de vida orientado por valores comunitários, culturais e ecológicos que se reproduzem há muitas gerações.

Embora sejam os legítimos donos, as famílias camponesas das comunidades de Fundo e Fecho de Pasto, Geraizeiros, não possuem a garantia da posse e propriedade sobre os seus territórios. A ausência de uma política efetiva de regularização fundiária tem levado ao

CONT.



acirramento de conflitos nessas comunidades. Para continuar existindo, as famílias tem enfrentado muitas dificuldades como a indústria da seca, a grilagem de terras por fazendeiros, carvoarias, invasão de empresas do agronegócio, mineradoras e mais recentemente de energia eólica apoiadas pelo Estado.

Hoje, graças a luta de comunidades tradicionais no Brasil e no mundo, temos um conjunto de normativas jurídicas que defendem o modo de vida e os direitos territoriais, garantidos inclusive, pela Constituição Federal e Convenções Internacionais, das quais o Brasil é signatário.

O Estado da Bahia tem agido com descaso junto às comunidades, tanto na questão da regularização fundiária, como na promoção de condições de permanência na terra, garantindo a soberania alimentar, hídrica, cultural e socioambiental.

Os nossos territórios tradicionalmente ocupados tem garantia jurídica. No entanto a lei não vem sendo colocado em prática. Por isso exigimos o título definitivo dos nossos territórios.

Em 2013 foi aprovado a Lei 12.910/2013, na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, projeto de iniciativa do poder executivo, que trata da regularização fundiária das comunidades de Fundo e Fecho de Pasto e Remanescentes de Quilombos.

A Articulação Estadual de Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto entende que, diante da atual conjuntura, seria necessário que na regulamentação da Lei sejam contemplados minimamente, os anseios das populações que tradicionalmente ocupam esses territórios.

A maior parte da lei não traduz a real situação e necessidades das comunidades. O estabelecimento de um prazo para que fosse protocolado o auto reconhecimento, desrespeitando a Convenção 169 da OIT e emendas que comprometem direitos fundamentais das comunidades tradicionais desrespeitam os nossos direitos históricos. A Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pastos repudia a lei nesses termos.

Que as políticas públicas sejam voltadas para os interesses das populações das comunidades tradicionais.

Vimos às ruas exigir do Governo Estadual respeito às comunidades tradicionais de Fundos e Fechos de Pasto e garantia de condições para permanência efetiva nos nossos territórios.

“FUNDOS E FECHOS DE PASTO, NOSSO JEITO DE VIVER EM NOSSO TERRITÓRIO”

Articulação Estadual de Fundos e Fechos de Pasto



Ministra do STF garante direitos constitucionais indígenas

SÍTIO CIMI, 26.03.2014

Por Luana Luizy,
de Brasília

Em decisão histórica, a ministra Rosa Maria Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), definiu no dia 11 de março que as condicionantes adotadas no julgamento da Petição 3388/RR, que tratou da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, não possuem efeito vinculante. Ou seja, as decisões aplicadas no caso da Raposa não se estendem às demais terras indígenas no país.

Trata-se do Mandado de Segurança da Agropastoril, Madeireira e Colonizadora Sanhaço Ltda, questionando homologatório da demarcação da Reserva Indígena Kayabi, na fronteira dos Estados do Mato Grosso e Pará. Anteriormente, em casos diversos, os ministros Ricardo Lewandowski e Ayres Britto já haviam se manifestado de forma semelhante.

Por consequência, a Portaria 303 assinada por Luis Adams, da Advocacia-Geral da União (AGU) perde força, ficando mais evidente que é desprovida de base legal, uma vez que a mencionada Portaria estende as condicionantes a todos os processos administrativos em curso e os finalizados pela Funai. Dentre elas, a vedada ampliação de Terras Indígenas. As 19 condicionantes haviam sido apresentadas, na época, no voto do ministro Menezes Direito, mas a partir daí criaram conflitos desde a publicação do acórdão.

Ruralistas passaram a interpretar a decisão, tentando impedir novas demarcações, enquanto o governo autorizou empreendimentos em terras indígenas sem consulta dos índios, fora isso soma-se o acirramento de conflitos com latifundiários e aumento de violência contra as populações indígenas.

Outro ponto ressaltado pela ministra foi relacionado ao do marco temporal de ocupação. "Terra indígena não é um simples objeto de direito, mas ganha a dimensão de verdadeiro ente ou ser que resume em si toda ancestralidade, toda coetaneidade e toda posteridade de uma etnia". Deste modo, ainda segundo a ministra. "A tradicionalidade da posse nativa, no entanto, não se perde onde, ao tempo da promulgação da Lei Maior de 1988, a reocupação apenas não ocorreu por efeito de renitente esbulho por parte de não-índios".

Confira aqui a decisão da ministra.

Onda anti-indígena

Um levante anti-indígena segue em curso no Brasil, de Sul a Norte são inúmeros os casos registrados de incitação e até práticas de violência contra os povos originários. Vide o "Leilão

CONT.



da Resistência” convocado pela Associação dos Criadores do Mato Grosso do Sul (Acrissul) e Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul (Famasul), que contou com a presença da senadora e presidenta da Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil (CNA), Kátia Abreu (PMDB-TO).

O objetivo do leilão da resistência era angariar recursos para financiar ações contra os indígenas no Mato Grosso do Sul, conforme amplamente divulgado nos meios de comunicação. Em um primeiro momento, a juíza titular suspendeu o leilão afirmando que “a vida vale mais que o patrimônio”. Na sequência um juiz convocado autorizou o leilão, condicionando que os recursos fossem depositados em uma conta judicial e em caso de descumprimento incidiria em multa.

O juiz ainda estipulou um demonstrativo assinado pelo leiloeiro contendo toda a movimentação financeira do leilão, incluindo o nome dos doadores, o valor inicial e final do lance e o nome do arrematante. Na análise, o juiz afirma estar em jogo o direito a vida versus direitos econômicos. A Acrissul entrou com pedido de liberação do dinheiro, mas o pedido foi recusado e no momento os recursos arrecadados no “leilão” encontram-se bloqueados.

Conquistas e novos desafios

O povo Xavante conseguiu ter reconhecida como de ocupação tradicional a Terra Indígena Marãwatsédé, no Mato Grosso. No caso, o Tribunal Regional Federal (TRF 1º) seguiu a jurisprudência sobre ocupação tradicional e após 17 anos de espera, o povo Xavante pôde finalmente retornar a terra de seus ancestrais e recuperar o que foi perdido.

A história se repete no Maranhão, onde segue em curso a desintrusão de não-índios em território dos Awá-Guajá, local bastante especulado por madeireiros. Em resposta a estas conquistas, os ruralistas, contra o estado democrático de direito, tentam potencializar conflitos com ações ilegais.

As declarações racistas dos deputados Luis Heinze (PP) e Alceu Moreira (PMDB) comprovam isso. Nos discursos os deputados incentivam os agricultores a violência contra os indígenas. Em uma Audiência Pública sobre Demarcação de Terras Tradicionalmente ocupadas por Povos Tradicionais, em 2013, no município de Vicente Dutra (RS), Alceu Moreira afirmou: “Se fardem de guerreiros e não deixem um vigarista destes dar um passo na sua propriedade, nenhum. Nenhum. Usem todo o tipo de rede, todo mundo tem telefone, liguem um para o outro imediatamente, reúnam multidões e expulsem do jeito que for necessário. Até porque, quando expulsar não vão expulsar índio daqui, vão expulsar índios que foram orientados de fora para cá”.

Nessa mesma audiência, Heinze, referindo-se ao gabinete do ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, disse: “e ali, estão aninhados quilombolas, índios, gays, lésbicas, tudo o que não presta, ali estão alinhados. Por isso, pessoal, só tem um jeito: se defendam. Façam a defesa como no Pará estão fazendo. Façam a defesa como o Mato Grosso do Sul está fazendo. Os índios invadiram uma propriedade, foram corridos da propriedade. Isso que aconteceu lá”. Veja o vídeo no link: <http://www.youtube.com/watch?v=PjcUOQbuvXU>



Boletim de Notícias - Edição nº 56./ 2014

Brasília, 27 de março de 2014.

Recuperação da língua indígena em debate na UMinho

SÍTIO CORREIO DO MINHO, 26.03.2014

O Departamento de Estudos Ingleses e Norte-Americanos da Universidade do Minho promove esta sexta-feira a conferência 'The Wampanoag: a unique experience in the recovery of a language', com o professor norte-americano Brian Franklin Head. A sessão inicia às 18h30, no auditório do Instituto de Letras e Ciências Humanas, no campus de Gualtar, em Braga. A entrada é livre.

A iniciativa inclui a exibição do documentário 'We Still Live Here', que mostra a recuperação da língua dos Wampanoag, povo indígena que reside no nordeste dos EUA, sobretudo no estado de Massachusetts. Os seus antepassados foram dos primeiros nativos a contactar com os colonizadores ingleses, os Pilgrims, e a dar-lhes ajuda. A língua do grupo caiu em desuso e, após um longo período de submissão e domínio, sucedeu uma ressurreição cultural sob a liderança do linguista Jessie Little Doe Baird, cuja filha se tornou uma das primeiras falantes de Wampanoag após um século. Atualmente há muitos falantes índios, seja como língua materna ou segunda língua, após o inglês.

O orador da conferência, Brian Franklin, é doutorado em Linguística na Universidade do Texas e já lecionou nos EUA, Chile, Brasil e Portugal, nomeadamente nas universidades do Texas, de Nova Iorque em Albany, Católica de Valparaíso, Federal do Rio de Janeiro, Estadual de São Paulo em Campinas, Coimbra e Minho. Já publicou numerosos trabalhos sobre linguística histórica e descritiva.

*** Nota da UMinho ***



Dupla é presa acusada de homicídio em reserva indígena de Redentora

SÍTIO RÁDIO PROGRESSO DE IJUÍ, 26.03.2014

Em poucas horas a Polícia Civil conseguiu elucidar um homicídio ocorrido ontem à noite, 25, na Reserva Indígena do Guarita, em Redentora. Na tarde de hoje, 26, policiais prenderam um homem de 70 anos e um jovem de 19, acusados do crime. A ocorrência indica que a vítima, Leopoldo Kakre Camargo, de 41 anos, e a dupla presa estavam numa casa no setor Missão São João, na noite de ontem, quando houve desentendimento.

A suspeita é que o idoso de 70 anos matou a vítima a pauladas e o jovem ajudou a arrastar o corpo para uma estrada nas proximidades do local do homicídio. No entanto, a liderança indígena auxiliou na elucidação do fato. Os presos foram recolhidos ao presídio de Três Passos.



Famílias oferecerem dinheiro a quem encontrar avião desaparecido no Pará
SÍTIO G1, 26.03.2014

Parentes e amigos dos passageiros se uniram para dar gratificação
Buscas seguem pelo nono dia consecutivo no município de Jacareacanga.

Após nove dias de buscas pelo bimotor desaparecido em Jacareacanga, sudoeste do Pará, familiares e amigos dos passageiros da aeronave resolveram oferecer um prêmio de R\$ 19 mil a quem encontrar o avião. A aeronave decolou do aeroporto de Itaituba às 11h40 do último dia 18 e sumiu 1h20 depois de o piloto ter feito o último contato pelo rádio. Uma passageira chegou a enviar uma mensagem de celular para o tio informando dos problemas no avião.

O avião transportava o piloto, um motorista e três técnicos de enfermagem que seguiam para uma aldeia dos índios Munduruku. Desde então, a Força Aérea Brasileira (FAB) realiza buscas na região. Além das buscas aéreas, voluntários, que incluem moradores de Jacareacanga, funcionários do Distrito Sanitário Indígena e indígenas da tribo Munduruku fazem buscas diárias na mata.

Não tem sinal de nada de que o avião tenha caído. Eles estão vivos em algum lugar e não têm como pedir socorro."

Rubélio Santos, tio de uma passageira.

"Nós, parentes das vítimas e empresários locais de Jacareacanga, nos unimos para oferecer o dinheiro. Não vejo como uma recompensa, mas como uma forma de gratificar quem está se arriscando na mata", afirma Jéssica Fetrim, filha do piloto da aeronave.

Para Rubélio Santos, tio da técnica de enfermagem Rayline Campos, que chegou a enviar SMS de dentro do avião relatando os momentos de pânico devido aos problemas no motor da aeronave, o dinheiro vai incentivar ainda mais as pessoas a buscarem pelos passageiros do avião. "A recompensa vai estimular mais as pessoas, com certeza. Vai ajudar para que as pessoas fiquem com mais vontade de fazer busca e procura", explica Rubélio.

A esperança dos familiares dos passageiros é a de que eles estejam vivos. "O pessoal da busca acha que eles estão vivos. Não tem sinal de nada de que o avião tenha caído. Eles estão vivos em algum lugar e não têm como pedir socorro. A esperança é de que estejam bem", disse o tio de Rayline.

Entenda o caso

Nesta quinta-feira (27), faz 9 dias que o bimotor modelo Beechcraft BE 58 Baron desapareceu em Jacareacanga. A aeronave transportava uma equipe de saúde de Itaituba até uma comunidade indígena em Jacareacanga.

CONT.



O Ministério da Saúde divulgou o nome das pessoas que estavam a bordo: as técnicas de enfermagem Rayline Sabrina Brito Campos, Luciney Aguiar de Sousa e Raimunda Lúcia da Silva Costa, o motorista Ari Lima, além do piloto Luiz Feltrin.

Mensagem 3 desaparecida (Foto: Luana Leão/G1) Mensagem avisava dos problemas no avião. (Foto: Luana Leão/G1)

Uma das passageira chegou a mandar mensagens de celular avisando que o avião passava por problemas. No primeiro SMS, enviado às 12h47, a técnica em enfermagem Rayline Campos avisava o tio Rubélio Santos sobre o perigo que enfrentava. "Tio to em temporal e um motr parou avisa a mae q amo muit tods ...to aflita..to em pânico...se eu sair bem aviso...to perto do jkre...reza por nos...n avisa a tia ainda... (sic)", dizia a mensagem. No segundo torpedo, emitido às 12h48, a passageira pediu socorro. "O motor ta parando.socorro tio tio (sic)."

De acordo com a Força Área Brasileira (FAB), a mata fechada dificulta os trabalhos de busca. "Muitas vezes a gente pensa que um avião que caiu na mata vai abrir uma grande clareira, algo de fácil visualização, mas na verdade não é assim", explicou o capitão da FAB, Alcides Machado.

Com quatro dias de buscas a FAB adotou novas estratégias para tentar localizar a aeronave. O mesmo território foi varrido pelos aviões, que focaram em locais específicos. Chegou a ser cogitada a possibilidade de o avião estar perto de uma área de garimpo, mas a chance foi descartada.

Um avião P-3 Orion, com capacidade de identificar metais, o mesmo modelo que está sendo empregado nas buscas pelo avião desaparecido da Malaysia Airlines foi deslocado para ajudar nas buscas.

Voluntários também fazem buscas por terra. Índios da tribo Munduruku começaram a participar das buscas. "A expectativa é a gente encontrar. Nossa impressão está dizendo que o avião está lá, que existem sobreviventes e, com fé em Deus, vamos achar eles bem", disse Sandro Waru, um dos índios voluntários.

De acordo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), a situação da aeronave desaparecida, de matrícula PR-LMN, estava regular. A Inspeção Anual de Manutenção (IAM) e o Certificado de Aeronavegabilidade (CA) estavam em dia.



Forças policiais retornam a antiga gleba Suiá Missú para uma nova desocupação
SÍTIO CENÁRIO MT, 27.03.2014

Viaturas da Polícia Rodoviária Federal se deslocaram na manhã desta quinta-feira, 27, para o antigo distrito de Estrela do Araguaia popularmente conhecido como Posto da Mata, no interior da Terra Indígena Marãiwatsédé, localizada entre os municípios de Alto Boa Vista, São Félix do Araguaia e Bom Jesus do Araguaia, no Vale do Araguaia, no Nordeste de Mato Grosso . De acordo com os moradores que estão no local a cerca de 30 dias , os policiais disseram que estão no área para cumprir uma determinação judicial para uma nova desocupação.

No local estariam mais de 200 famílias que voltaram a extinta Gleba Suiá Missú no mês de fevereiro. Alguns deles estão no antigo distrito e à outra parte estaria nas antigas propriedades. A TI Marãiwatsédé totaliza 165 mil hectares. Nela estão cerca de mil índios da etnia Xavantes, que dominam a região do Vale do Araguaia.

A nova retirada das famílias que retornaram a reserva indígena havia sido anunciado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, Diante da ausência de cumprimento espontâneo do mandato anterior, foi determinado o retorno dos oficiais de justiça e a aplicação mais coercitiva da ordem judicial.

A desintrusão da terra indígena foi concluída em janeiro de 2013, quando foi entregue à Fundação Nacional do Índio (Funai) o chamado "Auto de Desocupação Final". O documento oficializou a retirada total dos ocupantes da área com 165 mil hectares que abrange parte dos territórios das cidades de Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia e São Félix do Araguaia, no norte do Mato Grosso.

Na ocasião, foram verificados 619 pontos entre residências e comércios, tanto na área rural como no distrito de Posto da Mata. Todos estavam então desocupados. A operação foi integralmente planejada para ocorrer de forma pacífica e garantir o direito constitucional do povo Xavante de viver em seu território tradicional.



Programa de Moradia Indígena da CDHU é premiado no Fórum Nacional de Habitação
SÍTIO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 27.03.2014

Nesta quarta, 26, a CDHU recebeu o "Selo de Mérito 2014" em duas categorias da premiação

A CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) foi contemplada nesta quarta, 26, com o "Selo de Mérito 2014" em duas iniciativas. Durante o 61º Fórum Nacional de Habitação, a Companhia foi a vencedora na categoria "Atendimento a Grupos Sociais Específicos" com o Programa "Moradia Indígena".

O "Moradia Indígena" foi desenvolvido para garantir melhores condições de vida à população residente em terras demarcadas pela União, no Estado de São Paulo. Prevê a substituição de habitação existente por unidade habitacional nova, em tipologias adequadas, de acordo com as necessidades das comunidades indígenas localizadas na capital, interior e litoral.

Até o momento, já foram construídas moradias em aldeias de Avaí, Braúna, São Paulo, Arco-Íris, São Sebastião, Itariri, Peruíbe, Ubatuba e Mongaguá. A escolha da tipologia definitiva é debatida com os representantes das aldeias e "aberta para sugestões e alterações, respeitando sempre os hábitos e costumes dos povos indígenas", conforme explica o presidente da CDHU, Milton Dallari.

O segundo prêmio conquistado foi na categoria "Impacto regional, com foco em ações de sustentabilidade" pelo Programa "Urbanização, Regularização Fundiária e Recuperação Ambiental do Jardim Santo André", na cidade de Santo André. O projeto, ainda em andamento, é o maior já desenvolvido pelo Governo do Estado na Região Metropolitana de São Paulo.

O programa em Santo André envolve construção de moradias a mais de duas mil famílias residentes em áreas de risco e, ainda, implantação de infraestrutura e recuperação urbana e ambiental de uma área com aproximadamente 1,5 milhão de metros quadrados. Neste terreno residem mais de nove mil famílias, dentre as quais 3.034 já foram atendidas com unidades habitacionais construídas em intervenções anteriores da CDHU.

Os prêmios são concedidos pela Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação (ABC) e pelo Fórum Nacional de Secretários de Habitação e Desenvolvimento Urbano (FNSH DU) às entidades públicas que melhor se destacaram na elaboração de projetos habitacionais de interesse social.



Equipe do Incra elabora laudo do quilombo do Baú em Araçuaí

SÍTIO G1, 27.03.2014

*Documento é um dos passos para a regularização fundiária da comunidade.
Segundo representante, 380 famílias fazem parte de quilombo.*

Uma equipe de antropólogas do Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária (Incra) está em Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, para elaborar um laudo antropológico da comunidade quilombola Baú.

Antes, a coleta de informações e a elaboração do documento eram feitas por universidades e empresas. Mas, atualmente, após a realização de concurso público, o Incra passa a ter seis antropólogas na regional de Minas Gerais. As especialistas estão reunidas com membros da comunidade para dar continuidade ao processo de regularização fundiária.

"O laudo antropológico é uma das peças que compõe o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Somam-se a ele o levantamento fundiário; a planta e memorial descritivo; o cadastramento das famílias; o levantamento de sobreposição de áreas; e o parecer conclusivo", afirma o Incra. O órgão não divulgou o prazo final para a conclusão das atividades.

O representante dos quilombolas, Antônio das Neves, diz que 380 famílias fazem parte da comunidade. Segundo ele, nem todas estão na área ocupada, por medo de represálias. "É o sonho das nossas vidas ter o direito de permanecer nas terras, que são nossas por direito. Esperamos por isso há muito tempo. Já fomos inclusive ameaçados por isso", destaca.

De acordo com Antônio das Neves, 48 alqueires da fazenda Santana são ocupados. Ele explica que o território foi dividido por vários herdeiros, após o falecimento do patriarca. "Queremos mostrar para o Incra a nossa história de sofrimento. Queremos deixar claro que as nossas famílias precisam das terras para a sobrevivência."

O representante quilombola fala ainda que a propriedade não estava sendo explorada, e que após a ocupação já é possível encontrar lavouras de feijão, abóbora, quiabo, melancia, além de hortas. Em 2013 o proprietário da área ocupada entrou com um processo de reintegração de posse.

"Utilizamos a terra para a nossa sobrevivência, mas temos medo, já que muitas vezes nos ameaçaram de passar com o trator em cima das nossas lavouras."

O que diz o proprietário

O advogado Ivan Brandão, que representa Bruno Gaspar Murta, proprietário da área ocupada,
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 56./ 2014

Brasília, 27 de março de 2014.

informou ao G1 que o seu cliente tem a intenção de negociar e sempre esteve aberto ao diálogo.

Brandão ressaltou também que nenhum tipo de ameaça ou agressão foi feito por parte de Bruno Murta.



Universidades brasileiras são privilegiadas em oportunidades e desafios

SÍTIO JORNAL DO SENADO, 18.11.2013

As universidades brasileiras acumulam sólidas e diversificadas experiências institucionais em atividades de extensão junto às diferentes comunidades. Transpor os muros de faculdades, laboratórios, centros de pesquisa, museus e salas de aula tem sido meta constante, facilmente observada em todas as áreas do conhecimento e nos cursos de graduação e de pós-graduação em nossas universidades.

A extensão universitária, ao lado das ações de ensino e de pesquisa, busca a aproximação da realidade cotidiana, das oportunidades e das necessidades sociais. O objetivo é oferecer à população benefícios concretos do conhecimento alcançado em anos de trabalho de professores, pesquisadores, estudantes e equipes técnicas e administrativas. No Brasil, as universidades públicas são pioneiras e proeminentes na extensão universitária.

Exemplo feliz desta atuação reside em ações e projetos junto às comunidades indígenas. Não apenas na região amazônica, mas também em estados do Sul e Sudeste, como no Paraná. A recente Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas abriu possibilidades de atuação das universidades para a viabilização econômica e social da diversidade étnica e cultural, característica das populações indígenas no Brasil.

Aqui as nossas universidades são privilegiadas em oportunidades e desafios para a elaboração de novos conhecimentos, pesquisas originais e inovadoras. O seu caráter pode ser multidisciplinar e aplicado, de pesquisa básica e teórica, de experimentação no atendimento de necessidades e demandas dos povos indígenas. A extensão universitária trilharia inúmeros caminhos no encontro com populações tão discriminadas e desassistidas.

Os programas institucionais para a organização de empresas juniores em todas as áreas e cursos têm sido outra experiência fecunda na extensão universitária. Eles mobilizam alunos, professores e técnicos, abrem espaço para a criatividade intelectual, criam situações de ensino e avaliação de conhecimentos, geram serviços e produtos acessíveis, novos, melhores e mais baratos. Empresas juniores articulam bem ensino, extensão e pesquisa.

As ações e programas dedicados ao patrimônio e acervos culturais são dinamizadores das atividades de extensão. Um campus universitário já é, por si, espaço de áreas verdes, árvores, flores e pássaros, um jardim botânico. Universidades guardam acervos e coleções preciosas em suas bibliotecas, arquivos, herbários, museus, espaços e patrimônio edificado. São pontos de partida para práticas, reflexões e cidadania na extensão universitária.

*Paulo Henrique Martinez, professor no Departamento de História da Universidade Estadual Paulista.



Seduc realizará levantamento em escolas indígenas

SÍTIO BLOG DO PEDRO FERNANDES, 27.03.2014

A Secretaria de Estado de Educação (Seduc) vai desencadear uma série de ações para realizar um levantamento nas comunidades indígenas do Maranhão. O anúncio foi feito, nesta terça-feira (25), pelo secretário Pedro Fernandes Ribeiro a representantes de instituições e entidades convidadas pela Seduc para participar do planejamento estratégico das ações.

Os dados serão usados pela secretaria para subsidiar políticas da educação indígena. Entre elas a utilização do número da unidade consumidora de cada aluno para fazer um planejamento de futuras escolas e localização das existentes.

Para Pedro Fernandes, trata-se de uma ferramenta mais precisa para operacionalizar o planejamento da Seduc e saber onde reside cada estudante. E isso a secretaria pretende levantar nas aldeias beneficiadas com o programa 'Luz para Todos' para que os números sejam utilizados no pagamento do transporte escolar e na ampliação do Programa Bolsa Família, explicou.

A ação da Seduc visa, ainda, beneficiar as comunidades indígenas com o Luz para Todos, o Programa Bolsa Família e o projeto Creche, que contam diretamente com cerca de 9,6 mil alunos da educação indígena.

0028540 levantamento nas comunidades indígenas do Estado será feito pela Seduc, por meio de uma ação compartilhada com as secretarias adjuntas (Sape/Supemde/Supeind, Staei, Suple/Educacenso), Cemar e a coordenação estadual do Programa Bolsa Família para proceder ao levantamento nas comunidades indígenas do Estado.

As informações foram socializadas com entidades que participarão desta ação com parceiras da Seduc, entre as quais a Polícia Rodoviária Federal, Ministério Público Federal e do Maranhão, as Secretarias de Igualdade Racial, de Direitos Humanos e de Segurança Pública, além de técnicos da educação indígena da Seduc.

O levantamento será realizado no período entre 30 de março e 06 de junho. Participarão da ação 40 servidores da Seduc – 30 técnicos e 10 motoristas, que percorrerão 40 rotas que contemplarão cinco Unidades Regionais de Educação (URE's) que atendem a 19 municípios com 283 escolas indígenas, além dos gestores e entrevistadores municipais do Programa Bolsa Família.

De acordo com a secretária de Projetos Especiais da Seduc, Conceição Andrade, essa ação objetiva identificar número confiável de cadastrados no Programa Bolsa Família e, consequentemente, o número de alunos matriculados nas escolas indígenas, bem como o número de usuários da Cemar, "o que beneficiará diretamente as comunidades envolvidas", salientou.

Fonte: ASCOM/SEDUC



SDR Ibirama recebe lideranças indígenas

SÍTIO TV IMAGEM NET, 27.03.2014

Com a presença da secretária executiva do CEPIN – Conselho Estadual dos Povos Indígenas de Santa Catarina, Maria Iris Bessa Machado Lopes, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Ibirama realizou reunião com as lideranças indígenas das terras de Laklãnõ, nesta quarta-feira às 9 horas.

O secretário de estado de desenvolvimento regional, Roberto Ferrari, explicou que a reunião foi agendada com o objetivo de realizar um levantamento das necessidades da população das oito aldeias (Bugio, Figueira, Coqueiro, Sede, Barragem, Rio do Toldo, Palmeirinha e Pavão) existentes na região. “O Governo do Estado abriu as portas para um diálogo franco, aproximando a administração estadual do povo indígena, buscando, com isto, a melhoria da qualidade de vida destes povos”.

Caciques, conselheiros (membros do CEPIN), e lideranças regionais e das aldeias apresentaram as demandas existentes nas áreas: de infraestrutura, estradas e iluminação pública; educação, mais salas de aula e saneamento básico nas unidades escolares; cultura; saúde.

Segundo Maria Iris, as demandas foram anexadas à ata para serem levadas ao Conselho Estadual para análise, mas as lideranças podem, e devem enviar por escrito outras necessidades das terras Laklãnõ, ainda existentes, para a sede da SDR Ibirama até o próximo dia 04 de abril, e as mesmas serão encaminhadas para o CEPIN.

Roberto Ferrari salientou que dentro destas demandas levantadas serão identificadas as responsabilidades de cada ente federativo: união, estado município. “A SDR Ibirama é a representante do Governo do Estado”.

Por solicitação de lideranças, foi marcada reunião da gerente regional de saúde, Juciane Barboza, com os membros do conselho indígena de saúde, no próximo dia 02, quarta-feira às 14 horas na SDR Ibirama.

CEPIN

O Conselho Estadual dos Povos Indígenas de Santa Catarina tem a função de promover políticas públicas que garantam os direitos dos povos indígenas e o exercício da cidadania através da participação nas atividades políticas, econômicas, sociais e culturais do Estado.

Terras de Laklãnõ

As terras Indígenas de Laklãnõ estão distribuídas dentro de quatro municípios: Vítor Meireles, José Boiteux, Doutor Pedrinho e Itaiópolis. Cerca de 70% destas terras estão dentro dos limites dos municípios de José Boiteux (sudeste da Reserva) e Doutor Pedrinho (norte da Reserva). São oito aldeias e três povos: Kaingang, Guarani e Xokleng.



Marabá entra na disputa para sediar I Jogos Mundiais Indígenas em 2015

SÍTIO DIHITT, 27.03.2014

Na manhã desta terça-feira (25) uma delegação do Ministério dos Esportes da qual fez parte o cacique Marcos Terena, esteve reunida com o prefeito João Salame para apresentar o caderno de encargos visando a realização da primeira edição dos Jogos Mundiais Indígenas. Em recente reunião com o ministro Aldo Rebelo, João Salame demonstrou que Marabá tem interesse em sediar o evento.

Desde que foi anunciada a realização dos Jogos, 10 cidades manifestaram interesse em realizar a competição. O ministério optou por dar preferência às cidades que não participaram nem sofreram influências dos megaeventos esportivos que acontecerão no País nos próximos meses – Copa do Mundo, Jogos Olímpicos e Paralímpicos . Com isso, apenas Palmas (TO), Belém e Marabá disputam o direito de receber os Jogos Indígenas.

jogos indigenas 2013 (6)

Programado para junho de 2015, os I Jogos Mundiais Indígenas deverão reunir cerca de 1.200 índios de 22 etnias do Brasil e mais 1.200 de 22 países. Segundo Marcos Terena, durante 13 dias os competidores participarão de “jogos nativos de integração” – arco e flecha, arremesso de lança e cabo de força, dentre outros; de jogos demonstrativos – aqueles que são praticados quase que exclusivamente por determinada etnia e de jogos “ocidentais”, entre eles o futebol e o beisebol, este último muito popular entre os nativos canadenses e americanos.

Além de um evento de intensa competição, os Jogos Indígenas estão sendo vistos pelos organizadores como uma ótima oportunidade para difusão das culturas indígenas e para discussão das demandas que envolvem esporte, cultura e lazer dos povos nativos de todos os continentes. Por conta disso, além das disputas esportivas, um amplo calendário de debates e atividades culturais deverá ser proposto pela cidade-sede.

“Marabá tem todo o interesse em sediar o evento e teremos até o dia 7 de abril para apresentar o projeto preliminar, espécie de esboço mostrando soluções para as demandas em áreas como infraestrutura, segurança, telecomunicações e mobilidade, entre outras. Tenho certeza que vamos apresentar um projeto viável”, disse João Salame.

No dia 19 de abril será anunciada a cidade escolhida e no dia 9 de agosto será feito o lançamento oficial e a assinatura da matriz de responsabilidade, espécie de termo de compromisso assinado entre a cidade-sede e o Ministério dos Esportes.

Sobre os encargos decorrentes da realização dos Jogos, o prefeito João Salame se mostrou otimista. “A ideia é que todos os equipamentos – arenas, raíais, oca digital e alojamentos – estejam concluídos com grande antecedência e que tenhamos o suporte do Governo Federal para arcar com as despesas”, disse João.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 56./ 2014

Brasília, 27 de março de 2014.

Tem sido grande o interesse despertado por eventos desta natureza. A última edição dos Jogos dos Povos Indígenas, competição que vinha sendo realizada com frequência, chegou a atrair cerca de 10 mil pessoas, entre competidores, técnicos e espectadores vindos de diversos países. Uma comissão integrada pelas secretarias de Planejamento, Assistência Social, Esporte, Obras e Cultura foi formada para elaborar o projeto preliminar a ser apresentado ao Ministério dos Esportes.

Após a reunião no auditório anexo ao Gabinete, o prefeito João Salame percorreu alguns dos pontos da cidade que despertaram interesse da equipe do Ministério dos Esporte, entre eles o Estádio Municipal Zinho Oliveira, as obras do Novo Estádio Municipal e o Centro de Convenções de Marabá.

Fonte: SECOM Marabá

WWW.ZEDUDU.COM.BR



Como se faz saúde mental indígena?

SÍTIO ULBRA, 27.03.2014

Acadêmico de Psicologia do CEULP/ULBRA. Voluntário e administrador da fanpage do (En)Cena. Colunista do Blog Psicoquê?

Não somos apenas o que pensamos ser.

Somos mais:

somos também o que lembramos e aquilo de que nos esquecemos;

somos as palavras que trocamos,

os enganos que cometemos,

os impulsos a que cedemos 'sem querer'.

(FREUD, Sigmund)

Eu não tenho a resposta para essa pergunta, tão pouco sei se alguém a tem, ou mesmo, se é possível tê-la. O texto que segue é resultado de tudo o que venho lendo, aprendendo e me apropriando ao longo de minha formação acadêmica sobre saúde mental.

Não é novidade a situação de descaso com a figura do indígena em nosso país. O confronto se dá em várias esferas: cultural, social, econômica, religiosa etc., e o produto desse embate tem sido, na maioria dos casos, traduzido como disputas territoriais.

Meu propósito aqui não é desmerecer o papel das mídias, nem me colocar contra ou favor de uma das partes, por isso vou me ater ao processo de cuidado e promoção de saúde mental do indígena no Brasil.

Para se pensar em estratégias de prevenção e promoção em saúde mental dos indígenas brasileiros é preciso, antes de tudo, contextualizar o sofrimento mental destes povos, entendendo a complexidade de ser/estar desse sujeito no mundo contemporâneo.

Partindo dessa ótica, o que segue é resultado de um contato pessoal que se deu a alguns meses, na minha formação em Psicologia, cursando Ênfase em Saúde Mental e Comunicação, com representantes do povo Iny (Karajá – Javaé) Karajá da Ilha do Bananal – TO, que, na oportunidade, nos relataram sobre a real condição de sua tribo hoje: "O Povo Iny está sofrendo. A cultura de seu povo não é mais valorizada. Os jovens não tem perspectiva de futuro".

A cultura indígena, em nosso país está cada vez mais desvalorizada, e tem sido desacreditada pelo próprio indígena que sente "vergonha" de ser índio. Aos poucos, figuras típicas das aldeias como o Pajé estão desaparecendo e todo o seu saber se esvai consigo. O índio tem se sentido

CONT.



cada vez menos reconhecido como índio, e quando comparado com o homem branco, ele se sente inferiorizado. O pouco que ainda lhe resta de terra não é suficiente para práticas de manutenção de sua própria existência, como a caça, a pesca e o cultivo de grãos e raízes. E o choque do contato com o homem branco trouxe danos ao sujeito índio e, como resultado desse contato, o alcoolismo tem se propagado pelas aldeias.

Ao contrário do que se prega, nem todo o índio – ou filho de índio – tem condições para se manter em uma instituição de ensino na cidade, apesar das políticas de cotas – assunto de tantos questionamentos e embates teórico-metodológicos entre os magistrados brancos – não é de acesso a todo indígena. As escolas indígenas tem um ensino precário e nem de longe se compara com o ensino das cidades (que já não é lá essas coisas). A língua do índio está se perdendo aos poucos, pois tem se propagado o ensino do português entre as aldeias. Quando adoce, o índio precisa ser deslocado para a cidade e, quase sempre, a equipe de profissionais em saúde não tem preparo algum para lidar com esse público. O suicídio tem se propagado entre os povos indígenas, só entre os Iny já foram 11 tentativas e 3 desde o início de 2014 até agora¹.

Diante dessa gama de pontos levantados pelo sujeito indígena, é possível perceber que suas queixas, de longe, perpassam pela questão dos conflitos territoriais.

Voltando à pergunta inicial: como se faz saúde mental indígena? Reafirmo que não sei como sei como se dá essa prática/práxis, tão pouco sei se existe um protocolo a ser seguido. O que sei é que não podemos nos deparar com um sujeito tão peculiar e enfrentar sua queixa com a mesma lógica da qual usamos para o tratamento do “não índio”², afinal, nossa prática/práxis em saúde é aplicada ao sujeito contemporâneo e carrega consigo uma bagagem ontogenética, filogenética e cultural específica do homem branco. Logo, não há como pensar saúde mental para/do sujeito indígena sem sair da posição de conforto e tentar uma aproximação com o sofrimento desse sujeito, dentro da sua concepção/visão de mundo. Afinal, não se trata de um mal biológico, uma afecção que toma o sistema imunológico causando deficiência de alguma proteína “X” ou “Y” e que pode ser controlada pela administração de determinada substância manipulada em laboratório. Estou falando de um mal, que como acreditavam os sábios antigos, atinge a alma/psique, e muda o modo como o sujeito produz/reproduz sua existência.

Também não considero apropriado cunharmos o termo Saúde Mental para problematizarmos essa queixa, pois, se considerarmos a bagagem patologizante que o termo carrega consigo, histórica e culturalmente, é preferível cunharmos o termo Assistência Psicossocial. Assim, já não faz mais sentido pensar um modelo de se fazer saúde para esse público, dada a especificidades culturais e subjetivas de cada povo/sujeito indígena. Pactua-se, portanto, a necessidade de uma ótica desterritorializada e contextualizada desses sujeitos, alicerçada a um entendimento biopsicossocial, para se traçar qualquer intervenção de cuidado em saúde. Tal lógica permite um novo entendimento do processo saúde e doença.

Se volto para o entendimento de Brêtas e Gamba (2006) onde saúde é a capacidade que o ser humano tem de gastar, consumir a própria vida, entendendo que a vida, nesse contexto, não admite reversibilidade, parto para um enfoque onde a assistência psicossocial, não permite do

CONT.



profissional uma práxis individualizada. Logo, outros setores e campos do saber precisam ser sensibilizados para que juntos/articulados possam pensar estratégias eficazes de reabilitação desses sujeitos, ficando assim, a saúde, não a cargo única e exclusivamente de profissionais da saúde, mas também, dos demais setores que, em alguma esfera, atravessam esse saber.

Partindo desde enfoque, se considero esse modo de perceber o sujeito indígena em seu sofrimento, tomando como base – especificamente - os relatos verbais acima relacionados, posso inferir que a carga de sofrimento daquele povo, em suma, é existencial. Tendo problematizado a questão, penso numa possível solução, e aqui entra um quesito totalmente novo, pois na resolução da problemática cada ciência que trabalha com o tema saúde tem seu método específico. No caso da psicologia, pautado na abordagem de minha preferência, acredito que a intervenção melhor indicada atuaria nas relações, no caso, destes sujeitos com as esferas nas quais se sentem desassistidos, necessitando assim de uma ação transdisciplinar, que garanta participação de outros atores que compactuem com a garantia de tais direitos/necessidade. Assim sendo, fica clara a sensibilização de outras esferas, e do próprio estado, na implementação de estratégias que visem a promoção de atenção psicossocial destes povos.

Não há como intervir nessa questão sem uma sensibilização/mobilização de todos os setores que direta e indiretamente atravessam horizontalmente o Ser do índio nos dias atuais. Saúde, Educação, Religião, Economia, Segurança, Lazer, Cultura etc, são dimensões que precisam ser percebidas/asseguradas para que este sujeito encontre condições de gastar e consumir sua vida de forma qualitativa.

Notas:

1 É preciso frisar que nesse pequeno parágrafo não pude reunir nem metade das queixas explicitadas pelos Karajás naquele encontro, que se estendeu em outros momentos.

2 O termo foi erroneamente empregado, uma vez que todos carregamos em nossa história genética traços dessa cultura indígena, assim com a negra. O Brasileiro é resultado de uma miscigenação de raças. Logo, todos nós somos índios, ainda que não tribais. Talvez, se enfrentássemos a questão com esse entendimento conseguiríamos uma aproximação mais empática da condição atual do índio brasileiro e nos mobilizaríamos, como comunidade, buscando uma solução para seu sofrimento.

Referência:

BRÊTAS, A.C. P.; GAMBA, M. A.(Org.). Enfermagem e saúde do adulto. São Paulo: Manole, 2006.



Comunidade indígena luta contra projeto hidrelétrico no norte panamenho
SÍTIO ADITAL, 27.03.2014

Indígenas da comarca de Ngäbe Buglé, que ocupam a parte norte do Panamá, seguem lutando contra o avanço do projeto de construção de hidrelétrica na região. O projeto prevê a remoção de 3 mil famílias indígenas do local e o represamento do Rio Tabasará, rio considerado importante para a sobrevivência dos índios que vivem às suas margens.

O Projeto Hidrelétrico Barro Blanco teve início em 2010 e tem apoio do Governo do Panamá. Porém as comunidades indígenas locais, como a de El Palomar, Kiad, Quebrada Caña e Plata são contra e resistem ao avanço das construções da hidrelétrica.

Os índios alegam que a empresa Genisa, responsável pela construção da hidrelétrica, está infringindo a lei ao tentar avançar suas obras pelo território da Comarca Ngäbe Buglé, além de causar impactos ambientais profundos na região. A comunidade indígena alerta ainda que, antes de se iniciar um projeto com essa magnitude, é preciso que se faça um referendo consultivo para avaliar as condições da região e o impacto na vida dos moradores locais, o que não foi feito em momento algum por parte da empresa ou do governo.

A cacique da tribo Ngäbe Buglé, Silvia Carrera, declarou recentemente, durante entrevista ao noticiário Telemetro, que o governo tem interesses em comum com a Genisa, por isso não se mobiliza para solucionar as reivindicações dos índios. Silvia afirmou que tentou entrar em contato com o Presidente do Panamá, Ricardo Martinelli, mas não teve retorno algum. "Creio que temos uma lei para cumprir, a Constituição é clara, a terra da Comarca não pode ser vendida... o governo tem que sentar conosco, se possível iremos às rua", afirma.

Para assistir a entrevista com a Cacique Silvia Carrera acesse:

http://www.telemetro.com/nacionales/entrevistas/tierra-Comarca-vender-Silvia-Carrera_3_669863035.html

O coletivo "Voces ecológicas" disponibiliza em seu site (<http://www.radiotemblor.org/index.php/continua-la-resistencia-indigena-ante-el-proyecto-hidroelectrico-barro-blanco/>) um outro vídeo que mostra a rotina dos índios que resistem em barricadas próximas do local da construção da hidrelétrica. No vídeo, um dos representantes dos índios chama a atenção para a realidade desoladora a qual estão vivendo por conta das obras da hidrelétrica. Ele declara que a Autoridade de Serviços Públicos (Asep) quer se apropriar de seis hectares de terra, o que afetará 400 famílias na região, e que essa realidade é negada tanto pelo governo quanto pela empresa. O índio afirma ainda que a construção da hidrelétrica irá afetar a identidade cultural e qualidade de vida dos indígenas locais e por isso pede apoio a todos órgãos protetores e a comunidade indígena das Américas para que o projeto não se concretize.

Para assistiro vídeo acesse:

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 56./ 2014

Brasília, 27 de março de 2014.

https://www.youtube.com/watch?v=Eg61CbqN2Hk&feature=player_embedded

O Centro de incidência ambiental e a organização comunitária Ngäbe Buglé Movimento 10 de abril também declaram que vão tornar públicos os atentados contra os direitos humanos e os impactos ambientais contra a comarca, no intuito de barrar a conclusão do projeto. Mesmo com todo o apelo da comunidade indígena, 64% das obras do projeto já estão concluídas.



Polícia busca suspeitos de abuso sexual em aldeia indígena

SÍTIO MAIS TOLEDO, 27.03.2014

Os indígenas suspeitos do abuso fugiram para o Paraguai e não foram localizados.

A Polícia Civil de Guaíra tentou cumprir na tarde desta terça-feira (25), os mandados de prisão de três índios suspeitos de terem violentado uma indígena menor de idade durante três dias seguidos. Há uma semana, a jovem chegou ao Conselho Tutelar muito abalada e contou detalhes do que havia acontecido, além do abuso praticado pelos homens, a mulher de um dos suspeitos agrediu e cortou o cabelo da jovem com um facão.

Para evitar novas agressões a vítima ficou na Casa Abrigo por alguns dias, até ser levada novamente para a aldeia onde permanece sob a proteção do cacique. Exames feitos no Instituto Médico Legal de Toledo comprovaram que a jovem sofreu violência sexual, dando embasamento legal para que os mandados de prisão fossem expedidos. Durante a tarde desta terça-feira (25) policiais civis foram até a aldeia, mas segundo o cacique, os indígenas que teriam praticado o abuso já haviam fugido para o Paraguai.

Fonte: Mais Guaíra



Em conversa com Nilo, Wagner aposta em 'tradição de tribo indígena' para selar paz
SÍTIO BAHIA NOTÍCIAS, 27.03.2014

O presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, Marcelo Nilo (PDT), e o governador Jaques Wagner sentaram nesta quarta-feira (26) para discutir a relação e tentar fumar o cachimbo da paz, após o pedetista externar a sua insatisfação de não ser o escolhido para candidato a vice na chapa governista, posto que ficou com o deputado federal João Leão (PP). Wagner definiu o encontro como uma "retomada" do diálogo, embora tenha reconhecido que "o sentimento sempre fica".

Após evento nesta quinta (27) sobre obras de mobilidade urbana na capital, o governador relatou o conteúdo de parte da conversa. "Eu contei a ele uma tradição de uma tribo indígena, que eu recebi no meu smartphone. Quando alguém fazia alguma coisa errada, as pessoas dessa tribo, em vez de criticarem, faziam uma roda em torno da pessoa e ficavam um ou dois dias dizendo o que ela já tinha feito de bom, porque aquela era a marca dela", contou, embora não tenha revelado quem era o "índio" do meio da roda.

"São os dois. A minha decisão não agradou ele e eu posso não ter gostado de algo da reação dele", completou. De acordo com Wagner, também esteve na pauta da conversa a atuação de Nilo em votação na última terça (25), quando o presidente da AL-BA barrou a votação de projetos de interesse do Executivo, com a justificativa de que somente seguiu o regimento. "Não acho que teremos problema nessa área", previu. O petista ainda apostou que, apesar da "tristeza" do cacique da AL-BA, os pedetistas não têm como destino a tribo da oposição. "Não há uma vontade de as pessoas romperem", opinou. O governador explicou sua demora em indicar Leão para ser vice do candidato a governador Rui Costa. "O melhor do mundo é que eles [PP e PDT] tivessem se entendido", disse.



Nota de Apoio do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração às prefeituras de Açucena e Rio Acima (MG)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.03.2014

SAUDAÇÕES A QUEM TEM CORAGEM! PARABÉNS PREFEITA DARCIRA E PREFEITO JUNINHO!

Em tempos de subserviência quase completa do poder público aos grandes interesses monopólicos, latifundiários e, destacadamente, minerários, as atitudes de zelo pela legalidade e pelo interesse público devem ser ressaltadas, saudadas e amplamente divulgadas, sobretudo para que sirvam de exemplo.

É neste contexto que ressaltamos, saudamos e damos ampla divulgação à atitude da Prefeita Darcira, de Açucena (MG), bem como do prefeito Juninho, de Rio Acima (MG). Ambos enfrentaram a sanha das grandes mineradoras e colocaram os interesses populares acima do lucro de poucos.

A prefeita Darcira de Souza Pereira revogou a anuência para o mineroduto da Manabi S/A, que pretende ligar Morro do Pilar (MG) a Linhares (ES) num trecho de 530 Km. Essa obra, caso se efetive, atingirá 23 municípios e um conjunto diverso de populações e recursos hídricos e ampliará o desmatamento da Mata Atlântica e o ataque ao solo, fauna e flora, além de atingir, de modo irreversível, a Estrada Real, Patrimônio de nossa história.

Tudo isso para escoar minério bruto junto com o bem cada vez mais precioso que temos – Água! Darcira, mulher de luta advinda do meio rural e dos movimentos populares, não adotou a postura típica de passividade e subserviência. Por ter, na condição de moradora, vivido a implantação de duas grandes hidrelétricas na cidade e testemunhado muitas promessas não cumpridas, Darcira buscou maiores informações e se permitiu conhecer o que significa, na prática, um mineroduto.

Nos dias 6 e 7 de março promoveu um giro na região atingida pela implantação do mineroduto da Anglo American (visitou as cidades de São Domingos do Prata, Nova Era, Santa Maria de Itabira, Dom Joaquim e Conceição do Mato Dentro) e tudo que viu colocou em xeque o discurso e as promessas da Manabi.

Comunidades revoltadas, indenizações injustas, não geração de emprego local, morte de nascentes, assoreamento das águas, acúmulo de resíduos por toda parte, cidades tomadas pela especulação imobiliária e pela inflação, propriedades dilaceradas, queda na produção agrícola e pecuária, famílias expropriadas, águas contaminadas, erosões por toda parte, paisagens depredadas, aumento da prostituição, queda no atendimento dos serviços públicos, dentre outras mazelas.

Darcira deparou com outras posições de resistência, pois o prefeito de Conceição de Mato Dentro, Reinaldo César de Lima Guimarães, afirmou que não dará declaração de conformidade

CONT.



para o empreendimento da Manabi, o que revelou mais uma inverdade da referida empresa que afirmara que "Açucena era o único município que faltava declarar conformidade", como forma de ampliar a pressão política.

Por tudo que viu, a prefeita Darcira segue convicta de sua decisão e pretende não conceder a declaração de conformidade. Ainda mais porque a Manabi pretende passar por uma APA (Área de Proteção Ambiental) em Açucena, que sequer consta no EIA(Estudo de Impacto Ambiental) da empresa.

A decisão da Prefeita Darcira, e de outros prefeitos que tomem a mesma atitude, tende a impedir o licenciamento prévio do mineroduto da Manabi, pois a concordância de todos os municípios afetados é requisito legal para a concessão da licença pelo IBAMA que, por sua vez, tem atuado, lamentavelmente, como uma sucursal de interesses da referida empresa. Lamentável também que obscuros decretos estaduais que alegam "interesse público" em empreendimentos dessa natureza e que acabam por servir de pretexto para as empresas coagirem e chantagearem os prefeitos e as prefeitas que, nem sempre, estão de acordo com esses empreendimentos de grande impacto.

Assim, mais do que zelar pela população de Açucena, a decisão da prefeita tende a refletir por toda Bacia do Santo Antônio, uma vez que o empreendimento pode ser inviabilizado.

Em outro município, na Região Metropolitana de Belo Horizonte e na bacia do Rio das Velhas, no qual está parte da Serra do Gandarela, que tem papel fundamental para a segurança hídrica de diversos municípios e da capital do Estado, outra atitude digna de nossa saudação foi a do prefeito Antônio César Pires de Miranda Júnior, vulgo Juninho. Assim nos informa o trecho da nota emitida, no dia 21 de fevereiro, pelo Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela:

"No último dia 13 de fevereiro, o Prefeito de Rio Acima, Antônio César Pires de Miranda Júnior, revogou a declaração de conformidade emitida pela gestão anterior, em 05/07/2009, para a Mina Apolo. Esse foi um dos documentos que permitiu o início do processo de licenciamento do empreendimento da Vale SA. na Serra do Gandarela, que foi depois suspenso devido a uma recomendação do Ministério Público de Minas Gerais baseada na relevância ambiental da área e no processo de criação do Parque Nacional.

E no dia 09/01/2014, o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Natural, por unanimidade dos conselheiros presentes, efetuou o tombamento provisório do "Conjunto Histórico, Arquitetônico, Natural, Arqueológico e Paisagístico do Gandarela".

Ambos os atos são fundamentais para a preservação da Serra do Gandarela e dos mananciais que servem às mais de 60 cachoeiras que a população rioacimense reconhece como seu maior patrimônio. Rio Acima é a Cidade das Águas e, registram guias turísticos e da Estrada Real, é a Capital das Cachoeiras, principal patrimônio ecoturístico a 50 km de Belo Horizonte.

A ação do Prefeito Juninho merece nosso aplauso pela coragem e posição de vanguarda como gestor público no cumprimento do dever de defender a qualidade de vida do município que o elegeu.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 56./ 2014

Brasília, 27 de março de 2014.

O Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração amplia o coro desse aplauso! Medidas de coragem como as tomadas pela Prefeita Darcira e pelo Prefeito Juninho, que primam pelo bem comum, só fortalecem a preservação da natureza e de outros modos de viver e gerar renda e, para além disso, fortalecem o pacto federativo que dá competência e autonomia para os municípios decidirem seu futuro.

Enquanto Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, caminharemos ombro a ombro, sustentando todo ato que esteja em sintonia com os interesses populares.

Afinal, a cada resistência nos tornamos mais fortes e trazemos à tona o modelo extrativista para exportação que mantém o Brasil na condição dependente e impede um desenvolvimento soberano, em sintonia com os interesses da população. E, de modo mais imediato, cada resistência dessa natureza acumula na luta por um Código da Mineração que esteja em sintonia com esses interesses. Afinal, já são mais de 500 anos vivendo sob a pecha primário-exportadora e não haverá Pátria Livre sem que as riquezas estejam, prioritariamente, a serviço do povo brasileiro.

Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração

Brasília, 20 de março de 2014

Assinam a nota as seguintes organizações sociais:

Ação Franciscana de Ecologia e Solidariedade – AFES
Articulação Antinuclear Brasileira
Articulação dos Atingidos pela Mineração do Norte de Minas – MG
Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB
Associação Alternativa Terrazul
Associação Brasileira de Reforma Agrária
Associação Para a Recuperação e Conservação Ambiental – ARCA AMASERRAa
Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária – AMAR
Associação de Proteção ao Meio Ambiente – APROMAC
Associação de Saúde Ambiental – TOXISPHERA
Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida – (APREMAVI – SC)
Associação do Patrimônio Histórico, Artístico e Ambiental de Belo Vale (APHAA-BV)
Associação PRIMO – Primatas da Montanha
Brasil Pelas Florestas
Brigadas Populares
Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de MG
CEPASP – PA
Cáritas Diocesana de Sobral – CE
Cantos do Mundo
Consulta Popular
Conselho Indigenista Missionário – CIMI
Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas – CONAQ
Campanha contra o Mineroduto da Ferrovia
Conlutas



Boletim de Notícias - Edição nº 56./ 2014

Brasília, 27 de março de 2014.

Comissão Pastoral da Terra – CPT
Conselho Pastoral dos Pescadores
Fase
FBOMS
Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Ambiental
Frente de Luta pelos Direitos Humanos
Fórum Carajás
Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente da UFMA (GEDMMA)
Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte – GPEA/UFMT
Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá)
Greenpeace
Hutukara Associação Yanomami (HAY)
Instituto Caracol – iC
Instituto Socioambiental – ISA
Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase
Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS
Justiça nos Trilhos
Juventude Atingida pela Mineração – PA e MA
Juventude Franciscana do Brasil – JUFRA
Justiça Global
Levante Popular da Juventude
Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra – MST
Movimento Nacional pela Soberania Popular frente à Mineração – MAM
Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB
Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA
Movimento pelas Serras e Águas de Minas (MovSAM)
Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela
Movimento Xô Mineradoras
Movimento Xô Mineradoras
Movimento Paulo Jackson – Ética, Justiça e Cidadania
Movimento Artístico, Cultural e Ambiental de Caeté – MACACA (Caeté/MG)
Marcha Mundial de Mulheres
Nos Ambiente
Pastoral da Juventude Rural – GO
Pedra no Sapato
Pastorais Sociais / CNBB
Rede Brasileira de Justiça Ambiental
Rede Cearense de Juventude pelo Meio Ambiente – RECEJUMA
Rede Axé Dudu
Rede Brasileira de Ecosocialistas
Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental – REMTEA
Rede Causa Comum
Serviço Interfranciscano de Justiça, Paz e Ecologia – SINFRAJUPE
Sindiquímica – PR
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Simonésia – MG
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha – MG



Boletim de Notícias - Edição nº 56./ 2014

Brasília, 27 de março de 2014.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canaã dos Carajás – PA
Sindicato Unificado da Orla Portuária – SUPORT ES
Serviço Interfranciscano de Ecologia e Solidariedade – SINFRAJUPE
Sindicato Metabase Inconfidentes
SOS Serra da Piedade (MG)
VIVAT International

–

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Zoraide Vilasboas.



CIR participa da reunião do Comitê Gestor da PNGATI em Brasília

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.03.2014

O Conselho Indígena de Roraima (CIR), membro da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) com representação no Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI), criado por meio da Portaria Interministerial nº117, 22 de abril de 2013 pelo Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Justiça, participa de mais uma reunião do Comitê, iniciada na segunda-feira, 24, em Brasília.

Participam da reunião os membros de órgãos federais e membros indígenas, conforme indicados pelas organizações indígenas que compõe o Comitê: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB); Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME); Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Pantanal (ARPINPAN); Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Sul (ARPINSUL); Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE); Grande Assembleia do povo Guarani (ATY GUASU); e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

O coordenador geral do CIR, Mário Nicacio, membro titular (RR) e Jaqueline Alves dos Santos, membro suplente (PA) representam os povos indígenas da Amazônia com direito a voz e voto, além de lideranças indígenas de outras regiões.

De acordo com informações do membro titular, Mário Nicacio, nos dois primeiros dias foram discutidas questões da implementação da PNGATI e, ontem (26), iniciou o debate para a realização da I Conferência da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial (PNGATI), a qual também passará por um debate amplo nas futuras reuniões da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI).

O Comitê Gestor foi instituído com o objetivo de coordenar a execução da PNGATI, que foi criada através do Decreto nº7.747, de 5 de junho de 2012 e assinado pela Presidente da República, Dilma Rousseff.

A reunião encerra nesta sexta-feira, 28, onde os membros definem e reforçam os encaminhamentos para implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI).

Fonte: Ascom-CIR



Boletim de Notícias - Edição nº 56./ 2014

Brasília, 27 de março de 2014.

Edital apoiará organizações não governamentais e de base comunitária no Cerrado e na Caatinga

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.11.2013

Cerratinga – Atenção, organizações de base comunitária e organizações não-governamentais do Cerrado e da Caatinga, o Instituto Sociedade, População e Natureza está recebendo inscrições até o dia 06 de junho para o edital do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais – PPP-ECOS.

O programa investirá mais de US\$ 1.070.000,00 (um milhão e setenta mil dólares), valor correspondente a R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), com recursos do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) e apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Acesse o edital (<http://www.ispn.org.br/arquivos/19-Edital-PPP-ECOS-2014-GEF.pdf>)

Os projetos podem ser submetidos em duas categorias: Pequenos Projetos de até US\$ 35.000,00 (R\$ 82.000,00) contemplando inclusive aquelas organizações com pouca experiência na gestão de projetos e Projetos de Consolidação de até US\$ 50.000,00 (R\$ 117.000,00) para beneficiar organizações que já possuem experiência ou projeto com resultados e impactos positivos comprovados e que possam ampliar a escala de sua atuação, podendo ser replicados em outras comunidades.

Renato Araújo, assessor técnico do ISPN, explica que está é “uma oportunidade para os grupos que desejam iniciar a atividade de extrativismo e para aqueles que já produzem e desejam aprimorar sua produção. Também serão apoiados projetos nas áreas de mudanças climáticas e terras degradadas. Podem participar associações, ONGs, cooperativas e sindicatos”.

O PPP-ECOS é uma iniciativa que, desde 1995, vem apoiando projetos no Cerrado, priorizado como hotspot (ponto quente) global por causa de sua rica diversidade biológica e das fortes pressões a que está sujeito em função da expansão da fronteira agropecuária. Em 2012, expandiu seu foco geográfico também para o bioma Caatinga e para os municípios do bioma Amazônia na região do Arco do Desmatamento, nos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. Durante toda a sua história ele já beneficiou mais de 370 projetos comunitários.

Acesse Roteiro de elaboração de projetos (<http://www.cerratinga.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Anexo-A-Roteiro-para-apresenta%C3%A7%C3%A3o-de-projetos-2.doc>)

Para preencher o orçamento em Excel ou em Word clique aqui (<http://www.ispn.org.br/ppp-ecos-lanca-edital-2014/>)

Dúvidas podem ser esclarecidas pelo email instituto@ispn.org.br ou pelo telefone (61) 8145-1051



Criança Kaingang de dois anos morre após ser atingida por roda de carro no RS
SÍTIO CIMI, 27.03.2014

Uma criança Kaingang de dois anos morreu na manhã da última terça-feira (25) após ser atingida por roda de carro, na BR-386, no município de Estrela, Rio Grande do Sul. Uma das rodas traseiras de um veículo Gol se desprendeu e atingiu a cabeça da criança, arremessando-a para o acostamento. No momento da colisão, a vítima, cujo nome é Maria Eduarda estava com os pais em um ponto de ônibus próximo à BR. Os pais da criança, João Luiz Santos e Claudete Melo sofreram ferimentos leves, mas passam bem.

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) do Rio Grande do Sul afirma que já foi instalado um inquérito para investigar o caso e que o incidente ocorreu devido ao desprendimento de uma roda, ocasionado pela falha mecânica do veículo. O proprietário do carro, segundo a PRF prestou socorro à vítima.

A família de Maria Eduarda é da Aldeia do Coqueiro, terra reivindicada pelo povo Kaingang, onde cerca de 150 estão acampados há mais de 40 anos, em 14 hectares. Desde 2010, quando a Fundação Nacional do Índio publicou a Portaria da criação do Grupo de Trabalho (GT), eles aguardam a demarcação de sua terra tradicional. No entanto, o processo está parado.

A morte de Maria Eduarda não é um caso isolado. Atropelamentos são frequentes na região, onde os veículos passam em alta velocidade. A falta de segurança e de redutores de velocidade têm colocado em risco a vida dos Kaingang que vão frequentemente à cidade para vender artesanato, a principal fonte de renda dos indígenas.

A duplicação do trecho interligando Tabaí a Estrela na BR-386 sempre afetou o modo de vida dos indígenas. O projeto começou a ser executado em 2010 pelo Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (Dnit). Foram previstos 35 km, destes 33 km saíram do papel, os 2 km restantes constituem a área onde os Kaingang resistem atualmente.

Os indígenas pedem a demarcação de seu território tradicional e que sejam construídas escolas, novas casas e postos de artesanato, mas o Dnit não cumpriu o prometido. "A gente tem pedido mais segurança, porque próximo da Aldeia do Coqueiro tem uma curva seguido por descida e os carros passam muito rápido. Os acidentes acontecem em função disso. Não é por nossa causa", denuncia o cacique Valdomiro Vergueiro Kaingang.

Entres os dias 16 e 21 de março, uma delegação de 50 Kaingang esteve em Brasília a fim de reivindicar o aceleração da regularização de suas terras e denunciaram também a morosidade dos órgãos no reconhecimento de seus territórios tradicionais

Às margens de rodovias, os povos indígenas no Sul do Brasil esperam a demarcação de suas terras, sob frio intenso e atropelamentos. Os acampamentos de lona e madeira explicitam triste realidade a que os povos indígenas estão submetidos. Constituem pequenos espaços de terra onde dezenas de comunidades indígenas estão abandonadas. Na maioria das terras a Funai iniciou o processo de demarcação, porém sem finalização do processo administrativo.



Inkra promete regularização fundiária de quilombolas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.03.2014

Processo para garantir titularidade de terras no Norte de Minas está em estágio avançado

Assembleia de Minas – O ouvidor agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inkra), Antônio Miranda, garantiu aos deputados da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) que o processo de desapropriação de terras destinadas à comunidade Brejo dos Crioulos, localizada nos municípios de Varzelândia e Verdelândia (Norte de Minas), está avançado. O anúncio foi feito em audiência pública realizada em São João da Ponte, a pedido do deputado Durval Ângelo (PT), nesta quarta-feira (26).

O representante do Inkra lembrou que o Brejo dos Crioulos é a primeira comunidade quilombola reconhecida oficialmente no Brasil. Já teriam sido vistoriados 14 imóveis, que representam 70% do território definido como de propriedade dos quilombolas. Deste total, quatro já teriam sido ajuizados, oito aguardam o ajuizamento e os outros dois teriam iniciado seu processo de regularização. “Faremos, também, uma oficina de preparação para que os quilombolas sejam capacitados para o uso e concessão das terras”, prometeu. Antônio Miranda disse, ainda, que o Inkra tem capacidade de realizar até dez vistorias por ano, mas que será feita uma tentativa de acelerar o trabalho.

O deputado Durval Ângelo comemorou a notícia, por acreditar que há uma dívida social histórica de mais de 500 anos com os quilombolas, verdadeiros donos das terras hoje ocupadas por fazendeiros na região. O parlamentar disse ter esperança de que a justiça seja feita, mas afirmou que irá cobrar também para que não haja mais violência nestas desapropriações.

Para o deputado Rogério Correia (PT), é preciso que a luta continue, tendo em vista que os resultados apresentados pelo Inkra seriam um reflexo da organização da comunidade. “Vamos continuar mobilizados porque, assim como vocês estão batalhando, há movimentos batalhando contra vocês”, ponderou.

Atentados contra quilombolas ainda preocupam

O presidente da Associação Quilombolas Brejo dos Crioulos, José Carlos de Oliveira Neto, lamentou que, apesar de a comunidade ter sido reconhecida em 2011 pelo Governo Federal, estão acontecendo atentados contra as lideranças, para que os fazendeiros continuem ocupando as terras que pertencem à comunidade. Ele relatou, por exemplo, que, no dia 9 de janeiro deste ano, pessoas da prefeitura de Varzelândia atiraram contra ele após uma discussão sobre a posse das terras. “Muitos outros atentados têm sido cometidos pelos latifundiários, que contam com o apoio da polícia e da prefeitura”, salientou.

CONT.



A coordenadora estadual do Programa de Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos, Maria Emília da Silva, acrescentou que a situação do Brejo dos Crioulos vem se arrastando desde 2010, com ameaças e atentados contra os quilombolas. Para ela, é preciso articulação da ALMG e dos órgãos públicos com o objetivo de dar visibilidade a essa situação e, assim, evitar uma barbárie maior. "Há casos de assassinatos, estupros e outros crimes contra quilombolas em todo o País", alertou.

Quilombolas presos injustamente

O assessor da Comissão Pastoral da Terra, Paulo Roberto Faccion, disse que o latifúndio usa sua força econômica de forma violenta. Segundo ele, historicamente são cometidas agressões contra os direitos dos quilombolas sem que haja punição. Ele destacou que há quilombolas presos no Estado sem provas ou mesmo sem o direito de responder a seus processos em liberdade.

Sobre esta situação, o representante da Rede Nacional de Advogados Populares, Élcio Pacheco, destacou que o caso dos quilombolas presos em São João da Ponte não pode ser julgado na cidade. Na opinião dele, há pressão por parte dos latifundiários para que haja condenação. "A violência contra os quilombolas vem se sofisticando, tendo em vista que o Poder Judiciário tem sido envolvido nos processos e tomado suas decisões de forma política, e não social", alertou.

O deputado Durval Ângelo se comprometeu a solicitar a transferência do juri para Belo Horizonte, para que não haja influência no julgamento dos quilombolas. Além disso, irá pedir ao Conselho Nacional de Justiça e à Corregedoria do Tribunal de Justiça o afastamento do juiz de Montes Claros que teria feito manifestações ideológicas e racistas em processo de quilombolas. "Vamos encaminhar também as notas taquigráficas para o Ministério Público Federal, o Tribunal Superior de Justiça, a Delegacia Agrária da Polícia Civil, o comando da Polícia Militar e a Secretaria de Estado de Defesa Social com pedidos de providências", disse.

Apoio - Ao final da reunião, o chefe de gabinete do prefeito de São João da Ponte, Abelard Pimenta, manifestou apoio aos quilombolas e disse esperar que a desapropriação seja feita de forma justa e rápida. Em seu discurso, ele afirmou que o município reconhece a luta e considera justo o pleito das terras.



Entidade capacita indígenas para produzir mandioca em MS

SÍTIO G1, 27.03.2014

*Senar/MS está capacitando indígenas de aldeia em Caarapó.
Capacitação está sendo ministrada por instrutora indígena.*

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural em Mato Grosso do Sul (Senar/MS) iniciou nesta terça-feira (25) uma capacitação voltada a comunidade indígena de Caarapó, a 273 quilômetros de Campo Grande. Cerca de 15 moradores da aldeia Tey Cuê, estão participando gratuitamente, por meio do Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), do curso de produtor de mandioca.

Com carga horária de 160 horas, a qualificação ocorre no município através de parceria firmada entre o Senar/MS e a secretaria de Assistência Social do município (SAS). "Em setembro de 2013 apresentamos a proposta do Senar para o município e de imediato houve muito interesse da secretaria em levar cursos para a comunidade indígena e produtores rurais. Posteriormente, foram escolhidas as capacitações que atendem a necessidade local", relata a supervisora regional do Senar/MS, Juliana Santiago.

saiba mais

Artesanato com fibra da bananeira pode representar MS na Copa

O curso está sendo ministrado pela instrutora Tainá Terena, que também indígena, o que, segundo o Senar/MS, facilita o aprendizado diante da similaridade cultural. "Temos a preocupação de formar instrutores indígenas, garantindo a proximidade com a cultura e a realidade das comunidades", afirma o superintendente da entidade, Rogério Beretta.

Outras qualificações para indígenas

Em junho de 2013, o Senar/MS ampliou o público de suas capacitações e, com o Pronatec, levou 21 turmas de cursos gratuitos especialmente elaborados de acordo com a realidade local a comunidades indígenas de Aquidauana, Juti, Paranhos e Nioaque, capacitando 299 pessoas.

Em Caarapó, além dos alunos oriundos da comunidade Tey Cuê, capacitados na escola indígena de ensino médio Yvy Poty, 15 produtores rurais da comunidade Nova América, estão sendo qualificados com o curso de produtor de mandioca. As aulas também começaram nesta terça-feira.



Projeto Mão Jovem capacita jovens rurais e população indígena no Acre

SÍTIO GLOBO.COM, 27.03.2014

Instituto Feijó Acre, umas das 103 instituições beneficiadas pelo Criança Esperança, oferece aulas de informática e música para toda a comunidade

Capacitar a população rural e indígena, principalmente os jovens: essa é a meta do Instituto Feijó Acre, fundado em 2002 no município de Feijó (AC). Beneficiado pelo Criança Esperança pela primeira vez, o projeto Mão Jovem proporciona a crianças e adolescentes da zona rural, e das etnias indígenas, melhores condições para a construção de sua cidadania, oferecendo formação e capacitação.

"A gente sentiu necessidade de criar uma entidade para jovens por nosso município ser muito carente. Ficamos longe da capital, bem isolados, difícil de estudar ou fazer algum curso. O principal objetivo é a capacitação dos moradores e trabalhadores daqui", explica Antonio Jarbas da Silveira Dourado, diretor do Instituto.

O Mão Jovem oferece cursos de informática, aulas de violão e oficinas de preparação para o mundo do trabalho nas áreas de comunicação, inclusão digital, cinema e atividades culturais e artesanais. A organização também promove a defesa do meio ambiente e oferece assistência social e de saúde para a população mais pobre e excluída do município.

"No nosso projeto, podem participar pessoas tanto de 10 a 60 anos. Queremos atingir o maior público possível e não temos limite de idade. Vamos fazer visitas à aldeia, levando cinco dias de viagem só para chegar ao local e levar a capacitação à população rural e indígena. Temos laboratórios de informática com aulas todos os dias. Capacitamos 120 jovens por mês. Também temos a escola de violão. Abrimos a primeira Escola Indígena de Música do Acre. O artesanato é feito com o reaproveitamento da madeira e gera renda para a população local", comenta o diretor.

Jarbas afirma que o apoio do Criança Esperança será de extrema importância para conquistar a cidadania, através das atividades de cunho socioeducativas e culturais. "Queremos proporcionar esse direito a mais pessoas. Nossa expectativa é de atingir 1.500 pessoas por ano. Vamos conseguir mais equipamentos, materiais e instrutores para nossas oficinas", conclui Jarbas.

Criança Esperança

O projeto Criança Esperança é uma iniciativa da Globo em parceria com a Unesco. Tem como objetivo chamar a atenção da opinião pública para a situação da infância e da juventude,

CONT.

expondo ao debate alguns dos principais problemas que atingem crianças, jovens e adolescentes. Todo ano a campanha mobiliza os brasileiros para doarem recursos, que são



Boletim de Notícias - Edição nº 56./ 2014

Brasília, 27 de março de 2014.

aplicados em projetos sociais em todo o Brasil. Em 2014, o Criança Esperança apoia 103 projetos, beneficiando diretamente 32 mil pessoas.

Durante o ano todo, é possível fazer doações nas mais de 20 mil casas lotéricas espalhadas pelo país, e pelo site do Criança Esperança.